

Wellington Junior Jorge
Organizador

PESQUISAS INOVADORAS:

(RE)PENSAR A EDUCAÇÃO
FORMAL, NÃO FORMAL
E INFORMAL

Wellington Junior Jorge
Organizador

PESQUISAS INOVADORAS:

(RE)PENSAR A EDUCAÇÃO
FORMAL, NÃO FORMAL
E INFORMAL



Uniedusul

CONSELHO EDITORIAL

Ciências Agrárias

Carla Patrícia Noronha Dornelles - Centro Ecológico
Christoph Gehring - UEMA
Cléia dos Santos Moraes - SETREM
Edilson Máximo da Silva Junior - ICMBio NGI Carajás
Ezequiel Redin - UFVJM
Fabiana Helma Lüdtke - IFSUL
Francimara Souza da Costa - UFAM
Gustavo Benítez - Facultad de Veterinaria - Universidad de la República (Uruguay)
Michel do Vale Maciel - UFAM
Milton César Costa Campos - UFPB
Osmar Alves Lameira - Embrapa Amazônia Oriental
Pedro de Souza Quevedo - UNIFESSPA
Teresa Cristina Albuquerque de Castro Dias - IBAMA
Vanderley Borges dos Santos – UFAC

Ciências Biológicas

Vinicius Guerra Batista - UFAC
Cintia Mara Costa de Oliveira - FUAM
Thiago Bernnardi Vieira - UFPA
Irlon Maciel Ferreira - UNIFAP
Givago da Silva Souza - UFPA
José Max Barbosa de Oliveira Junior - UFOPA
Antonio Carlos Rosário Vallinoto - UFPA
Renata Coelho Rodrigues Noronha - UFPA
Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro – UFOPA

Ciências da Saúde

Adriana Malheiro Alle Marie - UFAM
Kelly de Jesus - FEFF
Rosemary Ferreira de Andrade - UNIFAP
Wagner Jorge Ribeiro Domingues - UFAM
Djane Clarys Baia da Silva - Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado
Gabriel Araujo da Silva - UEAP
Rosany Piccolotto Carvalho - UFAM
Ana Cristina Viana Campos - Unifesspa
Andrea Mollica do Amarante Paffaro - UNIFAL
Melissa Agostini Lampert - UFSM
Fernanda Barbisan - UFSM
Cláudia Tarragô Candotti - UFRGS
Alcides Silva de Miranda - UFRGS
fabiana schneider pires - UFRGS
Bibiana Verlindo de Araujo – UFRGS

Ciências Exatas

Waldemir Lima dos Santos - UFAC
Simone Maria Chalub Bandeira Bezerra - UFAC
Yurimiler Leyet Ruiz - UFAM
Genilson Pereira Santana – UFAM
Cecilia Veronica Nunez - INPA
Sebastião da Cruz Silva - UNIFESSPA
Fernanda Carla Lima Ferreira - UNIFESSPA
José Sávio Bicho de Oliveira - UNIFESSPA
Rita de Cássia Saraiva Nunomura - UFAM
José Elisandro de Andrade - UNIFESSPA
Marcos Marques da Silva Paula - UFAM
Anderson Henrique Lima e Lima UFPA
Argemiro Midonês Bastos - IFAP

Ciências Humanas, Letras e Artes

Shelton Lima de Souza - UFAC
Pierre André Garcia Pires - UFAC
Yurgel Pantoja Caldas - UNIFAP
Daguinete Maria Chaves Brito - UNIFAP
Silvio Simione da Silva - UFAC
Reinaldo Corrêa Costa - INPA
Marcelo Lachat - UNIFESP
Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos - UNIFAP
José Rosa dos Santos Junior – UNIFESSPA
Anna Carolina de Abreu Coelho - UNIFESSPA
Paula Tatiana da Silva Antunes - UFAC
João Paulo da Conceição Alves - UFPA
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Lucas Rodrigues Lopes - UFPA
Lucélia Cardoso Cavalcante – UNIFESSPA
Vilma Aparecida de Pinho - UFPA
Rafael Sbeghen Hoff - UFAM
Márcia Teixeira Falcão - UERR
Juciane dos Santos Cavaleiro - UEA
Damião Bezerra Oliveira - UFPA
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Wilton Flávio Camoleze Augusto - UNIMAR
Rafael Ademir Oliveira de Andrade - Centro Universitário São Lucas
Daniel Chaves de Brito - UFPA
Fatima Sueli Oliveira dos Santos - IFAP
Ivanilton Jose Oliveira - UFG
Paulo Roberto Barbosa - PUC-SP
Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo - UFBA
Élido Santiago da Silva - UFPI
José Marcos Froehlich - UFSM
José Carlos Martines Belieiro Junior - UFSM
Edison Hüttner - PUCRS
Cláudio Primo Delanoy - PUCRS
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos - UNILAB
Edonilce da Rocha Barros - UNEB

Ciências Sociais Aplicadas

Cristovão Henrique Ribeiro da Silva - UFAC
Maurício Elias Zouein - UFRR
Marcela Mary José da Silva - UFRB
Ricardo Coutinho Mello - UFBA
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá - UFBA
José Carlos Sales dos Santos - UFBA
José Cláudio Alves de Oliveira - UFBA
Cíntia Beatriz Müller - UFBA
Edward John Baptista das Neves MacRae - UFBA
Renato da Costa dos Santos - UniFael e UniEnsino
Ariane Fernandes da Conceição - UFTM
Gabriela Viero Garcia - UFSM
Ivens Cristian Silva Vargas - URCAMP
Carine Dalla Valle - UFSM

Tecnologia Aplicada

Rodrigo Otavio Perea Serrano - UFAC
Laércio Gouvêa Gomes - IFPA
Marcele Fonseca Passos - UFPA
André Luiz Amarante Mesquita - UFPA
Júlio Cesar Valandro Soares - UFG
Eduardo Jacob Lopes - UFSM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 Pesquisas inovadoras: (re)pensar a educação formal, não formal e informal / Organizadores Welington Junior Jorge. – Maringá, PR: Uniedusul, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-035-1

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação.
I. Jorge, Welington Junior.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos os créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma utilizá-la para fins comerciais.

www.uniedusul.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1.....	07
O professor pesquisador com um olhar geográfico	
Renata Elen Santos Macedo	
doi: 10.51324/54180351.1	
Capítulo 2.....	16
Uma revisão de literatura sobre: definições, atitudes e desafios psicopedagógicos globais: um estudo de educação inclusiva	
Otávio Barduzzi Rodrigues Da Costa	
doi: 10.51324/54180351.2	
Capítulo 3.....	30
A importância da família e afetividade na construção do saber em Apuí-Amazonas	
Marivone de Fátima Abitante Rossi	
Marisete Fernandes dos Santos	
Janeteane Nogueira Praça	
Michelle de Souza Vale	
doi: 10.51324/54180351.3	
Capítulo 4.....	47
História do tempo presente e fontes cinematográficas: uma breve análise de White Christmas em Black Mirror	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva; Gessica de Brito Bueno	
doi: 10.51324/54180351.4	

Capítulo

01

O PROFESSOR PESQUISADOR COM UM OLHAR GEOGRÁFICO

RENATA ELEN SANTOS MACEDO

Pós-Graduada em Geografia Humana e Econômica
UNINTER

RESUMO: A pesquisa tem como objeto de estudo o professor pesquisador em geografia, o trabalho é fundamentado em elementos como: O saber, a pesquisa e a dinâmica geográfica. Portanto, esses elementos irão discorrer ao longo do tema abordado, para melhor compreensão do leitor. A metodologia é de cunho bibliográfico com embasamento através de teóricos na linha da ciência geográfica como: Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes, entre os séculos XIX e XX, Yves Lacoste, Carl Sauer, Jean Tricart, Walter Christaller, Paul Claval, David Harvey e os brasileiros Josué de Castro, Milton Santos e Aziz Ab' Saber, no século XX. Objetivando-se debater sobre o professor pesquisador em geografia, analisar a geografia com um olhar holístico e compreender a dinâmica por meio da geografia em sala de aula e no cotidiano do sujeito. Portanto, irão ser lançadas propostas e possibilidades para aulas dinâmicas, irão criar perspectivas de uma educação dimensional, por meio do professor pesquisador que respeita o conhecimento empírico do aluno, contribuindo de maneira substancial, epistemológica para o mesmo.

PALAVRAS-CHAVES: Professor Pesquisador, Debates, Compromissos, Sujeito Social.

INTRODUÇÃO

Para se tornar um professor pesquisador especificamente em geografia, ele tem que se tornar um pesquisador nato, tem que gostar de aprender, aprimorar o saber e em seguida passar esses saberes para o aluno, de forma clara e dinâmica. Portanto, ao analisar a geografia, trabalhar e pesquisar, compreende-se que é uma ciência espiralada, dessa forma é um trabalho constante e implica em vários campos aglutinados no universo geográfico. Diante dessa perspectiva segundo Santos (1991) a geografia difere-se das outras ciências sociais, não somente porque ela estuda o espaço físico, mas os problemas existências em sociedade.

Portanto, diante da afirmação do autor, percebemos que a geografia possui uma gama de assuntos para proporcionar ao pesquisador, que gosta e leva à sério a pesquisa. Percebe-se que são assuntos desde o nosso cotidiano até um olhar global. Portanto o professor pesquisador, ele deve buscar metodologias que envolva primeiramente o cotidiano do aluno e depois, levá-los a assuntos com um olhar holístico.

Portanto, para maiores reflexões e práxis, é necessário que o professor pesquisador compreenda o papel da cartografia que proporciona ao estudante assimilar as escalas ambientais em que estão inseridos e em seguida escalas globais. O professor deve ser reflexivo e responsável, em questão de trabalhar a metodologia em sala de aula, passando

o conteúdo de forma prazerosa, transmitindo ideias, estimular o aluno para debates e mostrar que a geografia é uma ciência voltada para vários campos.

A pesquisa propõe contribuir de maneira elucidativa para o leitor, ajudando a otimizar o trabalho do professor pesquisador. Portanto, o artigo dividiu-se em cinco momentos: a geografia e sua evolução; o professor pesquisador e suas metodologias; resultados das discussões metodologia e considerações finais.

A GEOGRAFIA E SUA EVOLUÇÃO

A ciência geográfica possui uma conjuntura de temas, tendo contribuições muito importante na área do conhecimento e marcando épocas com grandes teóricos e conceitos as vezes impactantes para a sociedade. Segundo Viadana e Cavalcanti (2010), recortam desde a Grécia antiga no apogeu do pensamento filosófico, é possível identificar a relação da geografia com a filosofia, pois a última conceitua as atividades humanas, homem e natureza, homem sociopolítico. Portanto, é imprescindível a presença da geografia em debates filosóficos.

Percebe-se que a geografia é bastante dinâmica, segundo Santos (2003) tendo como estudo central o homem e o espaço. Portanto, ela nos permite analisar o mundo de maneira conceitual e nos proporcionando um olhar crítico sobre o homem, sociedade e natureza. Portanto, a geografia foi moldando os espaços, conceituando paisagens territórios, povos, diante dessa visão Andrade (1987), descreve que na época medieval, utilizou-se a cartografia, para conhecer o espaço, povos, delimitação de territórios, é evidente essa evolução nas cartas portulanas.

Dessa maneira o conceito de território foi se formando gerando identidade e possivelmente conflitos, diante dessa vertente sobre território a seguir:

“O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence ao território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influiu. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população.” (MILTON SANTOS, 2003, p....)

Partindo dessa premissa, analisa-se que o território é um espaço habitado, com elementos qualitativos e quantitativos. É muito importante essa delimitação de território, porque nos dá uma forma de pertencimento e uma identificação.

Observa-se que a geografia percorreu por inúmeras teorias que foram aportes para viabilizar temáticas, linhas de pesquisas, correntes e teorias atualmente conhecidas.

Portanto, é imensurável a importância da geografia nas diversas transformações da sociedade e do mundo. Segundo Lopes (2012) o fundamento da geografia, teve influência do determinismo, logo em seguida do positivismo. Havendo reflexões e debates acerca da natureza e sua relação com o homem, sendo um influenciador do espaço.

Para ressaltar, de acordo com Pereira (2006), o pensamento possibilista francês, teria influência sobre a geografia do Brasil. Segundo Souza (et al 2016), a corrente possibilista lablacheana tinha uma metodologia indutiva, dessa forma, resultando em pesquisas através de monografias por meio da geografia regional. Portanto, realmente a geografia é uma ciência de síntese responsável pelas observações, teorias, pesquisas, correntes.

GEOGRAFIA TEORÉTICA-QUANTITATIVA

No século XX, a geografia iniciou uma nova corrente teórica-quantitativa, sendo muitas vezes questionada, por ser fundamentada em referências matemáticas. Ressaltando, teve seu apogeu no Brasil na ditadura militar, com o objetivo em obter dados e informações sobre o território.

De acordo com Lopes (2012) ressalta que essa corrente geográfica, tem como fundamentação neopositivista, trabalhando a quantificação em pesquisas, com gráficos e mapas. Levantado uma metodologia tecnicista não somente em geografia, mas em outras disciplinas.

Moraes (2005), o resultado da geografia teórica, é a integração à estatística e à teoria dos sistemas, que ainda são empregados, mas de maneira agregada e dimensional.

A GEOGRAFIA CRÍTICA

Houve uma preocupação com relação a criticidade nos estudos em geografia, adaptando uma influência marxista. Ocorreu no Brasil a época da ditadura militar, mantendo suas ideias empanadas pelo militarismo.

Mas, nada disso, ofuscou as ideias, teorias, conceitos de autores brasileiros reconhecidos internacionalmente como: Milton Santos, Rui Moreira, Manoel Correa de Andrade. Ambos buscavam reflexões sobre os problemas existenciais em sociedade, levantavam discussões sobre como trabalhar a geografia em sala de aula e se perpetuar em nossas vidas, os autores também trabalharam a integração entre homem e natureza, com o objetivo de Todo processo de criação, resulta em uma ruptura. Porém, toda ruptura

não resulta processo criativo duradouro, sem que tenha elementos teóricos fortes contidos em sua própria idealização. (RIBEIRO, 2011:62)

A GEOGRAFIA HUMANISTA E A PERCEPÇÃO

Essa corrente tem como estudo a subjetividade e o sensorial. E mais tarde segundo Malanski (2014) ressalta que a geografia humanista se torna em evidência no cenário acadêmico brasileiro dos anos 2000, tendo uma valorização entre espaços, pessoas e grupos embasado na ciência geográfica. Percebe-se que a percepção faz parte da geografia humanista, portanto, existem assuntos subjetivos, que permeiam a interpretação sobre a atuação espacial como: a percepção das cidades, mapas mentais, entre outros.

Yi-Fu Tauan (1980) elaborou uma das obras mais conceituadas na geografia humanista, intitulada Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio. Discorrendo sobre a topofilia e a topofobia, percepções desenvolvidas relativamente para a compreensão e o entendimento sobre lugares e relações de afeto desenvolvidos ou relação de medo sobre algum lugar.

A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL

Corrente essencial para a geografia, pois tem como seguimento a compreensão e a reflexão sobre as relações, os efeitos da sociedade e sua relação com o meio. A geografia socioambiental é pautada de indagações em crises ambientais, evidente no final do século XX e do início do século XXI.

Monteiro e Mendonça são autores que integra a geografia sociambiental, tendo embasamento nas relações entre teoria da sociedade e de ambiente, objetivando questões sobre a dicotomia da geografia, tema ainda bastante discutido.

É essencial lançar um olhar sobre a importância de instituições como a ONU (Organizações das Nações Unidas) sobre a geografia. Segundo a ONU (Organizações das Nações Unidas), definiu o ano 2017 para promover um turismo sustentável, pois educação ambiental é um procedimento de transformação, onde todos têm o dever de envolvimento, para um equilíbrio ecológico.

Percebe-se que a ONU tem um viés ambientalista, que tem como objetivo criar possibilidades para debates socioambientais e atingir toda a população mundial, independente de classes e categorias. Possibilitando reflexões, debates, resoluções para

os atores sociais, toda essa indagação é necessária para um contorno de pesquisa em geografia socioambiental.

Diante do arcabouço sobre as metamorfoses da geografia ao longo do tempo, analisa-se que a mesma é uma ciência com várias vertentes, conceitos, correntes. É realmente muito significativa e atraente para o professor pesquisador, pois, ele tem uma gama de assuntos para aplicar em sala de aula deixando o aluno com uma grande bagagem escolar, possibilitando-o em um cidadão crítico.

RESULTADO DAS DISCUSSÕES

O professor pesquisador deve ampliar conhecimentos, ideias ao aluno, pode ser feito com leituras, exercícios em sala de aula, roda de conversa. É importante também levar para os alunos temas físicos e sociais que faz parte do cotidiano do aluno. Observa-se que geografia é uma matéria que estuda a nossa realidade, ou seja, o percurso para chegar em algum lugar, a paisagem, os diferentes relevos, enfim, e diante desse viés cita-se:

A escola em si, tem um significativo papel na criação de oportunidades, vários autores do campo da psicologia e psicanálise, têm apontado a infância como período crucial para o desenvolvimento humano, entre eles, Freud, Piaget, Vygotsky. É na infância que os alunos se assombram com o mundo com o novo, e essa capacidade inventiva e imaginativa tem um forte apelo na esperada criatividade, é quando a sua mente está em expansão, livre ainda, de preconceitos e de ideologias. É nesse momento da infância e da adolescência que os alunos mediados por seus professores e colegas e pelo meio, possam descobrir seus caminhos. Porém, o que temos muitas vezes, são atividades repetitivas, classes homogêneas, respostas repetitivas e copiadas e restrição ao novo, a inovações e pensamentos criativos. (RIBEIRO, 2011, p.7).

Diante do autor supracitado, é de grande relevância que o nosso aprendizado comece no nosso cotidiano, observando a paisagem, o relevo, apreciando e ao mesmo tempo nos tornando curiosos para aprender as diversidades geográficas no contexto que o sujeito está inserido. Portanto, pegando essa realidade o professor pesquisador tem o papel de mostrar ao aluno que ele se transforme em um ser observador do espaço inserido e conhecedor dos detalhes ao seu entorno.

O professor pesquisador em geografia, deve ajudar na formação do aluno, para uma leitura ampla de espaço, tempo, causas, fatos, dúvidas. A predisposição para a descoberta é fundamental para o desenvolvimento intelectual de uma sociedade, pois de fato, a capacidade de compreensão socioespacial é um aporte para atores sociais participativos e críticos.

lançar um debate em sala de aula com ideias, questionamentos sobre a problemática social, seja ela sanitária, política, religiosa, educacional. Incitando no aluno

para que se torne um sujeito crítico e com conceitos formados sobre determinados assuntos, porém, outros temas podem ser flexíveis a mudança. O docente tem e deve abrir uma roda de conversa, possibilitando trocas de ideias, essa interação é bastante construtiva para o desenvolvimento de ambas as partes.

Portanto, deve-se mostrar ao aluno que a geografia não é aquela matéria limitada e teórica-quantitativa que foi apresentada durante a ditadura. Diante disso, a sociedade tem que se encontrar politizada, ter autonomia dos fatos, a sociedade tem o direito a uma educação com qualidade, transparência e com responsabilidade.

A geografia deve ser apresentada em sala de aula como uma ciência holística, aberta para possibilidades de conceitos, correntes, métodos. Deve-se analisar que o mundo é dinâmico, portanto, é enriquecedor para o sujeito a construção do conhecimento empírico e em seguida o conhecimento epistemológicos, ambos são imprescindíveis para a pesquisa em geografia.

A geografia é um excelente objeto de estudo para o professor pesquisador, porque não é linear como na época militar. Portanto a ciência geográfica atualmente é um pavimento para várias vertentes sobre homem, natureza, política e espaço. Esses fenômenos naturais e políticos eles são primordiais para o aprimoramento de pesquisa, conhecimento e técnica. Com relação a essa visão a seguir:

A pluralidade de ideias, as várias faces, o agir para o encontrar, faz do homem um perguntador, o ato de criar passa pela história remota do homem. Quer seja transformando a natureza e se transformando, inventando novas técnicas, construindo as relações de produção no espaço, criando uma dinamicidade, relacionada ao desenvolvimento pessoal, social, cultural e científica de uma sociedade (RIBEIRO, 2011, p.4).

Portanto, ideias, debates, conhecimentos, todos esses requisitos são fundamentais para pesquisa. Diante dessa indagação, o ser se torna pensante e crítica, com conhecimento que ele se apropria, construindo saberes e técnicas para dinamizar o meio em seu entorno, potencializando a construção de uma sociedade renovadora.

Ser um professor pesquisador é ser inovador, desbravar experiências. Pois a educação em sala de aula requer estratégias para a realização de um trabalho que vai obter resultados positivos. O professor, mais precisamente em geografia, pois essa ciência nos impulsiona a percorrer em métodos criativos como jogos físicos e jogos digitais, quando é possível, trabalhar com maquetes o espaço geográfico, o professor deve também valorizar e instigar músicas com temas reflexivos em sala de aula, pois é um instrumento substancial para debates pois é a chave para observação e aprendizagem do sujeito em sala de aula. E nessa perspectiva a seguir:

Quando um professor não dispõe do material adequado, ele pode adotar uma tripla postura: conformar-se com o que tem, buscar outro ou criá-lo. Pois bem, um exemplo bem real são os professores de artes que com materiais descartáveis são capazes de realizar trabalhos surpreendentes. E como fazem? Se perguntarmos, obteremos respostas como estas: imaginação, experiência, combinação de ideias e materiais. A experiência é uma fonte inesgotável de criatividade. (LA TORRE, 2005, p.161).

Diante do autor supracitado, observa-se que é sugestivo ao professor buscar experiências significativas, por meio de método, materiais. Adotando, a criatividade para o desenvolvimento de uma sociedade com sede de aprender. O mundo é dinâmico e inspirador, o cotidiano, as transformações em sociedade e na natureza, o improvável se faz presente nas páginas dos livros de geografia e em nossa vivência e, nessa vertente, a seguir:

Para um mundo que se apresenta em constante mudança, complexo e plural o cotidiano é uma leitura do possível, é nele que os grandes artistas tiraram suas inspirações, Newton, Einstein, Goethe e, é neste mundo que a Geografia enquanto disciplina faz as suas leituras do espaço e da sociedade nas relações de produção. Portanto, é compreendendo a ciência geográfica, mas também, tendo na sua formação a aspiração para o novo, para a criação, que o professor de geografia formará seus alunos para o inesperado, levando-o ao exercício da descoberta (RIBEIRO, 2011, p.7).

Portanto, com relação a perspectiva exposta, o professor pesquisador em geografia, deve ajudar na formação do aluno, para uma leitura ampla de espaço, tempo, causas, fatos, dúvidas. A predisposição para a descoberta é fundamental para o desenvolvimento intelectual de uma sociedade, pois de fato, a capacidade de compreensão socioespacial é um aporte para atores sociais participativos e críticos.

A educação é um constante aprendizado, diante das abordagens anteriores, percebemos que o ensino em sala de aula, tem que ser dinâmico, e para acontecer essa realidade o professor tem que ser um constante pesquisador, com grandes desafios, mostrando para o aluno que é preciso entender e conhecer o espaço em que estamos inseridos, para que o mesmo se torne um sujeito crítico em suas ideias e ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltando o arcabouço exposto, observa-se que é a pesquisa nos move. Diante da premissa o ato de criar presuppõe teoria empírica ou epistemológica. Na geografia, é de suma importância entender e inserir-se no espaço. Após a abordagem sobre geografia clássica, teórica, crítica, humanista e socioambiental, torna-se mais nítida a compreensão

do processo histórico geográfico até seu desenvolvimento necessário possibilitando preocupações sobre temas precisos como socioambientais de forma mais integradora e aplicável. Portanto, para ser um professor pesquisador em geografia, tem que ser um profissional aplicado, com sede de pesquisar, aprender, ter métodos , didáticas, estratégicas, para uma boa formação do aluno em sua vivência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geografia ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

GEOGRAFIA NO BRASIL. XV Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais... 2015. Ratzel. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p.220-229, jul./dez. 2012.

LOPES, J. S. F. **Professor pesquisador em educação geográfica**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MALANSKI, L. M. Geografia percepção e Representação Espacial. **Revista Geográfica de América Central**, n. 52, p.29-50, jan./jun. 2014.

MENDONÇA. F. A. Geografia Socioambiental. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.16, p.139-158, jan./jun., 2001.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, M. F. R. A Geografia no pensamento filosófico. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, v. 5, n. 10, p.31-37, 2006.

RIBEIRO, W. C. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 69-80, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2014.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores no meio ambiente. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1980.

Capítulo

02

UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE: DEFINIÇÕES, ATITUDES E DESAFIOS PSICOPEDAGÓGICOS GLOBAIS: Um estudo de educação inclusiva

OTÁVIO BARDUZZI RODRIGUES DA COSTA

Doutorando em Educação, arte e história da cultura – Mackenzi - SP

RESUMO: Este artigo sobre educação inclusiva explora vários pontos de vista de vários estudiosos em diferentes contextos sobre os conceitos de educação inclusiva em um esforço para alcançar o entendimento comum do mesmo neste conceito. As atitudes desta seção são abordadas a partir da perspectiva dos alunos, educadores, e a sociedade (pais), e explorar ainda mais os dilemas que professores e alunos com deficiência enfrentam na modernidade sistemas de educação. As abordagens instrucionais com foco em como professores planejam e executam aulas com diversos alunos da literatura também são delineadas de maneira sensata. Em conclusão, incluiu uma visão ampla focada em dois modelos, modelos sociais e médicos nos quais este artigo é principalmente sediado. Para que os objetivos deste trabalho fossem contemplados, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos, monografias, dissertações e teses como material de referência bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Boas práticas, Psicopedagogia. Pedagogia inclusiva.

ABSTRACT: This article on inclusive education explores several diverse points of view of various scholars in different contexts on the concepts of inclusive education in an effort to reach a common understanding of the same in this concept. The attitudes in this section are approached from the perspective of students, educators, and society (parents), and further explore the dilemmas that teachers and students with disabilities face in modern education systems. Instructional approaches focusing on how teachers plan and deliver lessons with diverse literature students are also sensibly outlined. In conclusion, it included a broad view focused on two models, social and medical models on which this article is mainly based. In order to meet the objectives of this work, a literature review study was carried out. Books, articles, monographs, dissertations and theses were used as bibliographic reference material.

KEYWORDS: Inclusive education. Good practices, Psychopedagogy. Inclusive pedagogy.

INTRODUÇÃO

Geralmente, todas as coisas que irão melhorar o ser humano são inteligência e habilidades e afetam o caráter moral das pessoas como considerado como parte da educação. Em um sentido restrito, é principalmente a escolarização, que se caracteriza como a prática de educadores para impactar a mente eo corpo do aluno

intencionalmente, propositalmente e sistematicamente de acordo com os requisitos de uma comunidade ou classe específica para desenvolver como pessoas que desejam ser.

Aristóteles define educação como forma de preparar um homem para cumprir sua missão, exercer todas as faculdades em pleno grau como cidadão de sociedade. E o professor Yunus define a educação como qualquer iniciativa que é propositalmente selecionada para impactar e auxiliar

A educação inclusiva é um tema que vem ganhando relevância e interesse no campo educacional e muitos pesquisadores escreveram sobre sua definição, características, barreiras e facilitadores. No entanto, poucos são os que enfatizam as boas práticas e o papel que os professores desempenham em materializá-los. O objetivo deste artigo, baseado em pesquisa documental, é destacar o trabalho do professor inclusivo e, da mesma forma, reconhecer o valor das experiências reconhecidas como boas práticas inclusivas como pontos de referência a serem aplicados em outros contextos menos inclusivos.

A educação inclusiva, mais do que uma tendência das instituições de ensino, é um direito fundamental que pessoas com diferentes condições têm que se desenvolver na sociedade de forma ativa e honrada. É sabido que precisamente porque têm limitações seja física ou mental, sua atenção requer um esforço adicional por parte dos encarregados do treinamento, neste caso professores que também devem receber formação específica no atendimento a essa população eficiente.

O presente artigo pretende discutir um tópico educacional interessante que intrigou os estudiosos em todo o mundo devido às suas definições discutíveis de diferentes perspectivas. Também terá uma abordagem mais abrangente, mas interpretação notavelmente diferente desses princípios fundamentais como proposto no tópico especificado acima, Educação Inclusiva: A Revisão da Literatura sobre Definições, Atitudes e Pedagógica Desafios. Para que os objetivos deste trabalho fossem contemplados, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos, monografias, dissertações e teses como material de referência bibliográfica.

A educação é um processo completo de treinamento de uma nova geração que está pronta para participar da vida cívica e também é um elo vital no processo de produção social humana experiência a ser realizada, com especial atenção ao processo da educação escolar para crianças em idade escolar, jovens e pessoas aposentadas.

CONCEITOS DE PEDAGOGIA

Do ponto de vista do behaviorismo, Carmo (2013) cita que a pedagogia é a teoria de que o professor deve ser a única figura de autoridade e conduz a lição. O conhecimento deve ser entregue em um currículo onde cada matéria é ensinada separadamente.

Enquanto de acordo com Adorno (2011) “A pedagogia inclui praticamente qualquer estratégia que aprimore a experiência de aprendizagem (incluindo estratégias de ensino,

interação com tecnologia, veículos para conteúdo entrega, etc.)”, e enfatiza o contexto e as interações da dinâmica de ensino e aprendizagem.

Em uma aula usando uma abordagem pedagógica comportamental, espera-se que um professor seja capaz de usar um método de ensino combinado que pode incluir palestras, modelagem e demonstração, aprendizagem mecânica, e repetição coral. Essas atividades podem ser 'visíveis' e que enfatizam que a pedagogia construtivista coloca a criança no centro da aprendizagem e às vezes é chamado de „invisível pedagogia“. Uma abordagem construtivista incorporaria trabalho de projeto, aprendizagem baseada em investigação.

Construtivismo social por Lev Vygotsky argumentou contra as ideias de Piaget de que a aprendizagem só poderia acontecer em seu contexto social e acreditava que a aprendizagem foi um processo colaborativo entre o aluno e a professora. Finalmente, o liberacionismo, que é uma pedagogia crítica desenvolvido pelo educador brasileiro Paulo Freire (CARMO 2013).

A abordagem liberacionista é aquela em que a voz do aluno é colocada no centro, e uma democracia é colocada na sala de aula. Valoriza-se ter o professor como aluno também, e a classe descobrindo assuntos juntos. Professores podem usar exemplos de literatura que não sejam padronizados e devem ser estruturados pelo instrutor. No entanto, como a lição ou a sessão de aula continua, a mudança para centrada nos alunos as atividades em sala de aula dominam. Outras teorias relacionadas à pedagogia são a teoria do construtivismo Piaget (1896-1890) (ADORNO 2011).

UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E DESCRITIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

Ensinar pessoas com deficiência em Ciências da Educação tornou-se uma abordagem urgente em na última década, não só devido ao aumento quantitativo desse tipo de aluno na regular aulas estimuladas por políticas de inclusão, mas também pelo entendimento de que a experiência de ensinar a pessoas com deficiência promove mudanças importantes (principalmente metodológicas, mas também em relação a outros aspectos) na forma como as ciências são tradicionalmente ensinadas. Essas mudanças devem e foram estudados no contexto de pesquisa de ensino de ciências para que práticas e desafios possam ser refletidos e discutidos entre os pares (ADURENS e VIEIRA 2018).

É nesse sentido que a produção acadêmica pode contribuir para subsidiar práticas, promover intercâmbios e apoiar professores no cotidiano de ensino, ao mesmo tempo esclarecer novos cenários de ensino de ciências. Assim, o conhecimento da literatura

científica e as discussões sobre a relação entre a educação para alunos com deficiência (SPD) e Educação Científica (SE) torna-se valiosa. Além disso, o conhecimento sobre redes de pesquisadores, os assuntos mais cobertos, periódicos e os artigos mais citados, revela uma visão geral de como os pesquisadores da área de SE têm conduzido pesquisas sobre educação inclusiva (IE) (ADURENS e VIEIRA 2018).

Estudos de mapeamento, como revisões sistemáticas da literatura, meta-análises e bibliometria e análises de rede, são ferramentas importantes que auxiliam na melhor compreensão de cortes conceituais no contexto de grandes áreas de produção científica (THIENGO 2020).

Especificamente em SE, estudos dessa natureza já foram realizados para investigar, por exemplo, a *Universal Design for Learning and STEM*; ensino de ciências para alunos com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro do autismo; Como as características da escola secundária, como a imprensa acadêmica das escolas e o clima escolar, fornecer oportunidades para os alunos se envolverem em ciências e matemática; trabalho prático baseado em pesquisa e seus desafios na educação científica; mudança nas práticas de ensino utilizadas em cursos de graduação STEM; e vários outros tópicos especiais dentro de um contexto geral de educação científica.

A maioria dos estudos foi realizada na forma de revisões sistemáticas, nas quais o foco é aplicado na compreensão de como um determinado assunto foi discutido no meio científico da literatura, o que leva ao chamado "estado da arte" (THIENGO 2020).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DEFINIÇÕES, ATITUDES E DESAFIOS PEDAGÓGICOS

A Educação Inclusiva, como dois conceitos acadêmicos, surge na ausência de um significado globalmente aceito, ele embora tentativas têm feito em vasta literatura. De acordo com Weizenmann (2020) capturando o conceito de EI como um instrumento educacional e uma aplicação prática é muito mais do que intelectualmente desafiante.

É uma das tarefas mais cansativas de todas as atividades acadêmicas não da área educacional. Isso é porque IE, no caso, ele é uma garrafa térmica excepcionalmente grande abraçando todos os indivíduos em um grau ou outro, fazer um esforço defini-lo requer traços gerais e aplicações amplas ao mesmo tempo em que manteve minha linguagem bem específica. Esta situação é causada por diferentes leis, crenças, recursos ineficientes e diferentes práticas culturais nesses países (WEIZENMANN 2020).

O Centro Nacional de Reestruturação Educacional e Inclusão, considera inclusão como “ou prestação de serviços a alunos com deficiência, incluindo aqueles com deficiências graves, na escola do bairro, em Salas de aula de educação geral adequadas para uso conforme necessário Serviços de apoio e benefícios complementares (para uma criança e / ou professor) tanto para garantir o sucesso escolar das crianças, comportamental, social e para preparar as crianças para participarem como um membro titular e contribuinte da empresa.

Esta definição pode ser vista como detalhada da forma que Ele enfatiza a consistência e a posição da educação Instalações, bem como ou ponto de vista de toda a escola. Iste definição será definitivamente considerada representativa de um modelo de inclusão, mas aplica uma linguagem relativamente moderada desde que você dê definições completas de inclusão, no máximo (VÍLCHEZ 2018).

De acordo com Ribeiro et al., 2019 (2019) a inclusão é "quando um aluno com acadêmico adicional e/ou necessidades comportamentais é profissionalmente treinado em geral currículo educacional". Essencialmente, a inclusão garante que crianças com necessidades educacionais especiais atendem o geral currículo escolar e estão matriculados em cursos apropriados para a idade de salas de aula 100% todos os dias letivos.

Além disso, as organizações internacionais, como Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Organizações (UNESCO) e Nações Unidas Internacional Fundo de Emergência para Crianças (UNICEF), apoiando a educação a nível internacional, foram feitas tentativas para corresponder aos seus critérios e definições únicas com diferentes definições e modelos na tentativa de definir a educação inclusiva. O UNESCO também é apoiado por outras organizações baseadas na ONU como 92 governos e 25 organizações internacionais de questões experienciais e sociais daqueles com excepcionalidades internacionalmente tornou-se um ponto focal (RIBEIRO et al., 2019).

A mensagem principal do acordo era para reforçar o esforço internacional em fazer inclusão social e educacional a prática normal para indivíduos com excepcionalidades em nível global. O acordo firmado: Todos os governos devem dar o máximo de política e prioridade orçamentária para melhorar os serviços de educação que todas as crianças podem ser incluídas, independentemente das diferenças ou dificuldades (REDIG 2010). .

Eles devem adotar, por uma questão de lei ou política, o princípio da educação inclusiva e matricular todas as crianças em escolas normais, a menos que houvesse razões convincentes para fazendo o contrário; desenvolver projetos de demonstração e encorajar intercâmbios com países com escolas inclusivas; garantir que as organizações de pessoas

com deficiência, junto com pais e órgãos da comunidade, colocam um maior esforço em estratégias pré-escolares, bem como em aspectos vocacionais de educação inclusiva (VÍLCHEZ 2018).

Educação: Certifique-se de que o professor inicial e em serviço o treinamento aborda a provisão de educação inclusiva (UNESCO, 1994). Enquanto a UNICEF (2017), explique inclusive educação em termos de como o sistema de educação deve ser; “Um sistema educacional que inclui todos os alunos, e acolhe e apoia-os a aprender, sejam eles quem forem e quaisquer que sejam as suas habilidades ou requisitos.

Isso significa ter certeza de que ensino e o currículo, edifícios escolares, salas de aula, áreas de lazer, transporte e banheiros são apropriados para todas as crianças em todos os níveis. Educação inclusiva significa que todas as crianças aprendem juntos nas mesmas escolas (UNICEF, 2017: 1).

Os seguintes modelos são adaptados do UNICEF (2017):

- O fim da discriminação;
- Fim da exclusão de crianças com deficiência;
- Acesso à educação primária e secundária com número suficiente de acessíveis e inclusivas escolas, inclusive para crianças com deficiência apanhados em crises e emergências.
- Apoio prático ou adaptações para os alunos para habilitar que aprendam;
- Acomodação;
- Planos individuais de educação para crianças com deficiências definindo quais acomodações e suporte de que precisam;
- Serviços para deficiências específicas, como aprendizagem braille ou linguagem de sinais, reorganização da sala de aula e materiais de aprendizagem acessíveis;
- Professores devidamente treinados para trabalhar de forma inclusiva nas escolas.

Na Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) (1999), relatório afirma-se que existe um acordo sobre o que é educação inclusiva, e que o principais desafios para a definição globalmente aceita são os combinação resultante da falta de vontade política e humana, resistência infinita dos seres à mudança (OCDE, 1999). um consenso normativo formal predominante entre organizações, até mesmo estudiosos reconheceram que é cansativo chegar a um consenso (GATTI 2016).

Não é possível encontrar uma definição universalmente institucionalizada de educação inclusiva, portanto, é prematuro tirar qualquer conclusão sobre um acordo. Além disso, há muito tempo tem havido uma batalha sobre a interpretação do conceito de inclusão. A importância deste concurso sobre o seu significado é que as definições refletem a compreensão e afetam a prática do conceito e, por sua vez, o quanto inclusiva a educação atende e trata diferentes grupos de alunos. Significados diferentes criam tensões (WEIZENMANN 2020).

Para sistematizar e discutir os diferentes entendimentos envolvidos podem representar uma riqueza no desenvolvimento da educação inclusiva. Entre essas definições de inclusão/educação inclusiva, este artigo irá adotar definições mais amplas propostas por Martins (2015). Gatti (2016) diz respeito "a todos os alunos" e "Grupos marginalizados", não apenas aqueles com deficiência".

Está dentro em linha com a Declaração de Salamanca de 1994, que abrange todos os grupos de alunos em perigo de enfrentar problemas em escola por causa da diversidade (UNESCO, 1994).

A declaração diz respeito a todos os alunos em risco de discriminação e seus capacidade de interagir em experiências normais de aprendizagem dentro do sistema escolar normal, independentemente de suas necessidades particulares, gênero, raça, cultura e contexto social. Outro importante conceito a ser considerado neste artigo é 'atitudes' em relação à inclusão de professores, alunos e pais/comunidade perspectivas.

De acordo Santos (2015), uma atitude é uma organização relativamente duradoura de crenças em torno de um objeto, pessoa, ou situação, predispondo alguém a responder em alguma forma preferencial, pode ser aprendido ou alterado dependendo de diferentes situações. Atitudes são psicológicas, tendências que são expressas pela avaliação de uma entidade particular com algum grau de favor ou desfavor.

Atitudes também foram descritas por Thiengo (2020), como "uma organização relativamente duradoura de crenças, sentimentos e tendências comportamentais em relação ao social, objetos, grupos, eventos ou símbolos significativos". Eles são basicamente divididos em três componentes construídos em um modelo também conhecido como Modelo ABC de Atitudes: a) Afetivas; envolve os sentimentos/emoções de uma pessoa sobre o objeto de atitude b) Comportamental; a forma como a atitude temos influências sobre como agimos ou nos comportamos c) Cognitivo componente; envolve a crença e o conhecimento de uma pessoa sobre um objeto de atitude (THIENGO 2020).

BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um dos principais pilares da pesquisa em EI é a defesa da importância da ciência para o exercício da cidadania. Desde o final do século 19, uma discussão ética sobre como os indivíduos devem dominar um conhecimento básico da natureza e seus fenômenos têm sido consolidadas para que não só se tornem ‘seres sociais’, mas também para realizar decisões coerentes na sociedade (REDIG 2010).

Assim, o conhecimento da ciência teria um papel equivalente na formação de um aluno como o de línguas, artes, social ciências, educação física e matemática, compreendendo a literacia científica. Essa premissa subsidia, e é subsidiado ao contrário, a ideia de democracia e educação libertadora, na qual os indivíduos, como cidadãos, têm o direito social de acesso ao corpo de conhecimento gerado pela humanidade para efetivamente exercer seu papel social (ADURENS e VIEIRA 2018).

Além disso, imaginando uma sociedade democrática moderna, este direito deve ser defendido para todos, no sentido mais amplo do que é cidadania. Desse modo, os conceitos de democracia, cidadania e alfabetização científica se cruzam e têm o reconhecimento da diferença e diversidade (não sua negação) em comum, mas a percepção de que tais diferenças não são motivo de exclusão social ou segregação (FERREIRA e DAOLIO 2014).

Dito isto, o EI para pessoas com deficiência torna-se um discurso afirmativo. Nesse artigo, o termo ‘pessoas com deficiência’ é considerado como aqueles alunos que precisam de suporte adicional para aprendizagem e instrução. Portanto, esta definição inclui os alunos que exibem deficiências, dificuldades de aprendizagem, talentos, necessidades emocionais ou comportamentais, fisicamente dependente, surdo/cego, surdo ou com deficiência auditiva, deficiências de saúde visuais e crônicas, também chamadas de excepcionalidades.

De fato, várias definições estão disponíveis, e o termo, devido à sua polissemia, pode ser relacionado a outros, como ‘alunos com necessidades especiais’, ‘estudantes excepcionais’ e ‘estudantes especiais’, entre outros. No entanto, nossa intenção neste artigo não é discutir essas várias designações, e entendemos que vários casos relatados na literatura usam ‘especial precisa para cobrir todos os grupos de pessoas que apresentam alguma forma de barreira de aprendizagem. Por causa disso, usamos várias palavras-chave equivalentes para pesquisar artigos (CUNHA 2010).

Pessoas com deficiência têm o direito civil à educação, incluindo a educação científica, como qualquer outra pessoa. Além disso, vendo a educação em uma forma inclusiva, ou seja, no contexto das classes ordinárias, traz outro importante cenário, onde

jovens que crescem em um contexto escolar diferente tendem a compreender a diversidade da sociedade (CHICON 2010).

Episódios frequentemente transmitidos em todo o mundo relacionados com intolerância, violência e falta de compreensão da diferença, são exemplos hediondos de como alguns grupos sociais não conheço e não aprendi a conviver com o diferente. Nesse sentido, quanto mais diversas salas de aula (todas, incluindo as de ciências) criadas, como um reflexo da sociedade como ela realmente é, mais contribuíram para a formação de cidadãos mais fraternos e solidários.

Assim, a discussão sobre a EI tem um caráter muito mais humano e social, trazendo à tona conceitos como a Pedagogia Inclusiva em que o professor está preocupado com as características individuais de cada aluno sem marginalizar alguns deles, levando em consideração as diferenças e evitando a repetição da exclusão. Além disso, o professor que escuta seus alunos e se preocupa sobre a realização de práticas que são efetivamente significativas para eles dá à sua ação o verdadeiro significado da inclusão (ADURENS e VIEIRA 2018).

Assim, a pesquisa em SE pela diversidade busca subsidiar os professores em sua ação-reflexão que lhes permite escolher caminhos pedagógicos inclusivos. Os Estados Unidos têm uma longa tradição de pesquisa e práticas de educação especial na forma de inclusão. Desde a aprovação da Educação para Todos Deficientes Lei da Criança (ECA) de 1975, agora conhecida como Indivíduos com Deficiências Lei da Educação (IDEIA) de 2004, educação pública apropriada e gratuita está disponível para todas as crianças com deficiência. Com base em consulta pública geral realizada em 2008 (CARMO 2013).

O governo australiano criou a Estratégia Nacional para a Deficiência, um documento desenvolvido pela Comunidade em parceria com governos territoriais, cujo objetivo é garantir que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de participar plenamente no esferas econômicas e sociais e da vida cultural da nação e reflete o australiano compromisso do governo com a inclusão social. Desde então, este documento tem servido como uma referência de política pública para a educação de crianças, jovens e adultos com deficiências na Austrália (CAMARGO 2020).

Da mesma forma, no Brasil, as políticas institucionais e a legislação também preconizam o acesso e inclusão de crianças e jovens com deficiência na educação pública básica. No entanto, essa não é uma meta fácil de ser alcançada, principalmente considerando o contexto de escassez de materiais que afetam a grande maioria das escolas públicas no Brasil. Mesmo assim, muitos esforços têm sido feitos para melhorar os métodos de ensino e professores e formação voltada para a educação inclusiva.

The National Science Education Standards, um livro impresso nos EUA em 1996 pela National Academy of Sciences, apresenta a visão de uma população cientificamente letrada, delineando o que os alunos precisam saber, compreender e ser capazes de fazer para ser cientificamente alfabetizados em diferentes níveis de ensino (CARMO 2013).

Eles descrevem um sistema educacional em que todos os alunos demonstram altos níveis de desempenho, em que os professores são capazes de tomar as decisões essenciais para uma aprendizagem eficaz, em que as comunidades de professores e alunos estão focadas em aprender ciências, e nas quais programas e sistemas educacionais de apoio estimulam as realizações. As normas apontam para um futuro desafiador, mas alcançável.

Este livro foi criado com o objetivo de ser adotado como um guia para as práticas e estudos de educação científica nos últimos tempos. Anos 90 e 2000. Por isso, é a referência mais frequente em políticas públicas de educação. O Aprimoramento do Currículo Diferenciado na Ciência Inclusiva do Ensino Fundamental: Efeitos sobre Testes de sala de aula e *high-stakes* publicados por Dias e Lopes (2012), é uma investigação de atividades práticas diferenciadas (incluindo aulas experimentais) versus instruções tradicionais dirigidas por professores de ciências para alunos com deficiência.

O artigo destaca a importância da mediação de pares e os resultados indicam que atividades práticas colaborativas facilitam estatisticamente a aprendizagem de conteúdo de ciências do ensino médio. Além disso, o artigo é enérgico em destacar a importância da utilização de atividades práticas complementares mediadas por pares, que podem fornecer a revisão e prática necessárias para alunos com deficiência.

É um direto, contundente artigo que prova (qualitativa e quantitativamente) que aulas de ciências para pessoas com deficiência são possíveis e necessárias, e até apontam para a inclusão como caminho. Por esta razão, tornou-se uma referência clássica. Se entendermos isso, considerando o conceito de inclusão defendido pela área, práticas, métodos e recursos devem ser pensados, desde sua concepção, como necessário para atender a uma diversidade de alunos, então adaptações de algo que já existe na tentativa de 'enquadrar' o que já fazemos causar uma contradição entre teoria e prática (CASTRO 2018).

Em outras palavras, observamos aqui que nossa pesquisa não está realmente focada na inclusão, mas sim na adaptação. Uma mudança de foco é notada com o advento da filosofia de inclusão escolar no final da década de 1990, que foi anteriormente sobre o SPD e que se tornou para o programa e a escola, dando origem ao que pode ser entendido como uma busca pela criação de escolas que atendam às necessidades de todos

os alunos, o que não é perceptível nas pesquisas realizadas na área da educação científica (CAMARGO 2017).

A educação inclusiva foi implementada em diferentes graus, com "borrado" e limites pouco claros. Portanto, as análises sobre este tema devem ser cuidadosamente realizadas, visto que são objeto de disputas de poder (THIENGO 2020).

CONCLUSÕES

Os professores costumam basear as decisões de instrução para alunos em observação profissional, experiência, e até mesmo sentimentos viscerais. Percepções de ensino o sucesso se torna mais forte e mais aplicável a outros profissionais quando houver dados de suporte esses sentimentos viscerais. Por ser sistemático no planejamento de intervenções de ensino e coleta de dados sobre essas intervenções, os professores podem contribuir para a base de pesquisa na área de educação especial, ajude outros profissionais trabalhando em problemas semelhantes, e informar sua própria prática ao mesmo tempo.

Muitos professores de formação inicial descobriram que já são pesquisadores de ação. Os professores são criativos e inovadores por natureza! Provavelmente não é um dia de ensino passa que eles não estão resolvendo um novo problema ou contemplando a melhor forma de ajudar os alunos melhorar suas habilidades.

Ideias criativas de ensino e experiências com alunos com necessidades especiais podem fazer uma contribuição significativa para o conhecimento sobre as melhores práticas na educação dos alunos com diversas necessidades de aprendizagem. Apesar de desafios únicos, os professores compartilham pontos em comum nos esforços para fornecer eficácia e qualidade Educação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. (2011). **Educação e emancipação**. 4 a ed. São Paulo: Paz e Terra.

ADURENS, F. D. L e VIEIRA, C. M. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, 2018; 18(2): 94-124.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciência & Educação**, 2017; 23(1): 1-6. 7.

CAMARGO, S. P. H. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo**: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educ. rev, 2020.

CARMO, Apolônio Abadio do. Aspectos históricos, filosóficos e sociológicos da deficiência. In: FERREIRA, Eliana Lúcia (org.). **Educação física inclusiva**. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2013. p. 15- 102. v. 2.

CASTRO, G.G. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Española de Salud Pública**, 2018; 31(60): 93-106.

CHICON, José Francisco. Compreendendo a exclusão no contexto da educação física escolar. In: CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli. **Educação física e os desafios da inclusão**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 66-103.

CUNHA, M. I. A Educação Superior e o Campo da Pedagogia Universitária: legitimidades e desafios. In: CUNHA, M. I. da. (Org.) **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária**: da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 59-82.

DIAS, Maria Aparecida; LOPES, Kátia Augusta. Educação motora para deficientes. In: Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque. (org.). **Caderno pedagógico do ensino a distância da UFAM**. 1. ed. Manaus: Editora da UFAM, 2012. p. 37-90. v. 1.

FERREIRA, Flávia Martinelli; DAOLIO, Jocimar. Educação física escolar e inclusão: alguns desencontros. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 2, ed. 32, p. 52-68, 2014.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, p. 161-171, mai. 2016. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2021.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da educação de pessoas com deficiência**: da antiguidade ao início do século XXI. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

REDIG, Annie Gomes. Ressignificando a educação especial no contexto da educação inclusiva: a visão de professores especialistas. 2010. **Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Hellen Cordoniz; SILVA, Priscylla Pinto da; REDIG, Annie Gomes. Inclusão escolar e os desafios para formação dos profissionais: perfil dos participantes do Café Inclusivo. **Seminário Internacional As redes educativas e as tecnologias**, 10, 2019. Anais [..Rio de Janeiro, 2019. p. 1-5.

SANTOS, A. J. P. Discursos da escola e constituição da subjetividade de estudantes com TDAH. **Dissertação, Mestrado em Educação**: FAGED/UFBA, 2015, 111p.

THIENGO, E. R, et al. Inclusão de alunos autistas como percursos da redução dos danos causados pelo desprezo social: uma revisão bibliográfica, **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2021; 13(2)

VÍLCHEZ, Iván Carlos Curioso. Uma escola em transformação: reflexões essenciais de uma educação inclusiva para estudantes com deficiência. In: PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de

Fátima da (org.). **Inclusão escolar**: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 13-30.

WEIZENMANN, L. S. **Inclusão escolar e autismo**: sentimentos e práticas docentes. Psicol. Esc. Educ, 2020; 24: e217841.

Capítulo

03

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E AFETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DO SABER EM APUÍ-AMAZONAS

MARIVONE DE FÁTIMA ABITANTE ROSSI

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas-SEDUC
<http://lattes.cnpq.br/4012625265271656>

MARISETE FERNANDES DOS SANTOS

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas-SEDUC
<http://lattes.cnpq.br/3576106024104775>

JANETEANE NOGUEIRA PRAÇA

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas-SEDUC
<http://lattes.cnpq.br/9263445687434364>

MICHELLE DE SOUZA VALE

Universidade Federal do Amazonas-UFAM
<http://lattes.cnpq.br/1793429251472099>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo fazer uma discussão sobre a importância da presença familiar no processo de escolarização dos alunos do ensino fundamental em uma escola da rede pública de ensino localizada no município de Apuí no Amazonas. Os últimos três anos foram cruciais para que pudéssemos perceber em dados, a realidade vivenciada por muitos alunos que, por não receberem apoio em casa durante as atividades escolares não conseguiram avançar qualitativamente em sala de aula. As questões sociais vivenciadas pelas famílias em situação de conflitos têm impactado negativamente na vida desses alunos, e a escola, muitas vezes, tem enfrentado sozinha a obrigação de educar seus alunos sem o apoio familiar. Este estudo surgiu da necessidade de compreender quais os desafios enfrentados pelas famílias que os impedem de serem mais participativos na vida dos filhos e de que forma a escola pode contribuir para que as famílias se tornem mais presentes e participativas na vida escolar dos filhos. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública de ensino do município de Apuí, tendo como sujeitos, alunos do ensino fundamental, assim como seus respectivos representantes legais. Professores e pedagogos também fizeram parte deste estudo, do qual ficou evidente os impactos negativos na vida escolar dos alunos que vivenciam relações familiares conflituosas e ausência da participação familiar no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Processo de Ensino e Aprendizagem; Escola; Apoio Familiar.

ABSTRACT: The present study aims to discuss the importance of family presence in the schooling process of elementary school students in a public school located in the municipality of Apuí in Amazonas. The last three years were crucial for us to understand in data the reality experienced by many students who, because they did not receive support at home during school activities, were unable to advance qualitatively in the classroom. The social issues experienced by families in conflict situations have had a negative impact on the lives of these students, and the school has often faced alone the obligation to educate its students without family support. This study arose from the need to understand what challenges families face that prevent them from being more involved in their children's lives and how schools can help families become more present and involved in their children's school lives. The research was carried out in a public school in the city of Apuí, with primary school students as subjects, as well as their respective legal representatives. Teachers and pedagogues were also part of this study, which revealed the negative impacts on the school life of students who experience conflicting family relationships and the absence of family participation in the school space.

KEYWORDS: Education; Teaching and Learning Process; School; Family Support.

INTRODUÇÃO

Não há como negar que a situação de bem-estar de crianças e adolescentes no espaço escolar encontra-se diretamente relacionada à boa manutenção do vínculo familiar. É nessa perspectiva que este estudo traz como reflexão sobre a importância da família e da afetividade na construção do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, mais especificamente, nas escolas da rede pública de ensino do município de Apuí, no Amazonas. Os resultados, aqui apresentados, fazem parte da dissertação de Mestrado apresentada em 2021 ao curso de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidad del Sol em San Lorenzo no Paraguai.

A realidade da educação brasileira se difere de acordo com cada região, no município de Apuí, é possível perceber que alguns desafios são pertinentes, dos quais dificultam o progresso da educação junto a muitos alunos das escolas públicas. As novas mudanças ocorridas em 2020, em decorrência da covid-19, que obrigou a sociedade a viver dentro de suas casas, também trouxe graves consequências para a educação brasileira quando, diante da obrigatoriedade de cumprir o isolamento social, milhares de alunos passaram a receber aulas em casa, estudando através da companhia dos pais e não mais dos professores em sala de aula.

Através dessas experiências, percebeu-se que muitos alunos não recebiam apoio familiar para realizarem seus estudos em seus respectivos domicílios. Estratégias foram criadas pela Secretaria de Educação, como criação de um portal específico para os alunos baixarem os conteúdos das aulas, assinarem frequência, tirar dúvidas, mas eles não tinham o principal que é o apoio dos pais durante as atividades escolares a serem executadas em casa. Percebeu-se uma ausência da família que, consequentemente, impactou no aprendizado dos alunos.

Em alguns setores da economia brasileira, passou-se a trabalhar dobrado, a exemplo da agricultura para conseguir abastecer o mercado de produtos alimentícios. Muitos pais continuavam ausentes e outro fator que precisou ser levado em consideração, foi o baixo nível de escolaridade desses pais que os impossibilitou de ajudar os seus filhos durante as atividades escolares.

Situações de baixo sinal de internet em áreas rurais também foi um fator, assim como os conflitos familiares vivenciados pela maioria da população que nunca tinha experimentado uma convivência diária como a vivida nos anos de 2020 a 2021, e esse emaranhado de problemas só inflamou a situação da educação pública em diversas partes

do Brasil, mas especificamente no Amazonas, estado brasileiro que mais sofreu com as consequências da pandemia.

Este estudo não tem o propósito de responsabilizar unicamente a família pelo fracasso escolar de muitos alunos, pelo contrário, propõe-se aqui uma reflexão por parte da escola, do Estado, enquanto criador e gestor de políticas públicas para as famílias, assim como a sociedade que também precisa refletir sobre as suas responsabilidades diante de um problema que assola toda a população que é a educação.

Trabalhar com a educação nos municípios do interior do estado do Amazonas é desafiador pelas condições geográficas, situação sociopolítica e a pouca oportunidade de trabalho que as pequenas cidades oferecem. Contudo, acredita-se que o investimento na melhoria da educação e em políticas públicas voltadas para atender as famílias pode ajudar as comunidades em seu processo de ressignificação social.

FAMÍLIA E SUAS CONFIGURAÇÕES

A abordagem teórica sobre o conceito, ou melhor, sobre os conceitos de famílias tem crescido de forma muito rápida no meio das literaturas que abordam sobre a temática, e essa grandiosidade de conceitos tem proporcionado aos educadores uma compreensão muito maior sobre o universo familiar do qual os alunos estão inseridos.

Falar de processo de ensino e aprendizagem exige do pesquisador uma ampla compreensão sobre o quão desafiador tem sido a importância do papel da família na construção de saberes dos alunos na contemporaneidade. Contudo, a instituição família ainda continua sendo uma das mais difíceis e complexas de se compreender por seus diferentes modelos e configurações, por seus diferentes papéis, e como cada uma delas percebe o seu compromisso com a formação cidadã de seus filhos.

O tempo de se acusar o Estado, a família e Sociedade de forma isolada já não existe, e os novos debates sobre a temática derrubaram antigos argumentos patriarcais de que a boa educação dos filhos era somente de responsabilidade da família ou mais precisamente da mãe. Atualmente, presencia-se um amplo debate sobre a educação ser de responsabilidade tanto da família, quanto da sociedade e do Estado.

Partindo desse pressuposto, pretende-se aqui, trazer alguns conceitos sobre família, dos quais considera-se relevante serem citados para que se possa compreender como os diferentes tipos de família passaram a se configurar ao longo do tempo na sociedade brasileira. As constituições ao longo dos anos passaram a ampliar seu entendimento sobre o significado legal de família e essas mudanças foram possibilitando que novas

configurações familiares fossem reconhecidas pela lei brasileira. A visão clássica da entidade familiar, baseada em vínculos biológicos e matrimoniais foi ao longo do tempo sendo substituída pelo reconhecimento de novos laços familiares.

A Constituição Federal de 1988, mais conhecida como constituição cidadã inovou ao prever novos modelos familiares como a união estável e a família monoparental. O direito de cuidar, amar e educar também foram sendo ampliados e a Constituição Federal de 1988 se tornou um marco no que se refere ao reconhecimento de direitos e deveres de cada indivíduo, conforme mostra o Art.227, da CF de 1988. Vejamos:

CAPÍTULO VII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Durante um longo período, o Estado Brasileiro se dedicou a reconhecer apenas a família matrimonial. Contudo, “A dignidade da pessoa humana é o epicentro das normas constitucionais, o sustentáculo dos direitos fundamentais e a base dos direitos de personalidade” (MENEZES, 2008, p.119). A família deixa de ser uma peça de composição e passa a ser entendida como uma comunidade de afeto, local de amparo e desenvolvimento da pessoa.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 institui duas profundas alterações no que se refere à família: 1. A quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; 2. O fim da diferenciação entre os filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como “sujeitos de direitos”. Com o exame de DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte do pai ou da mãe (SARTI, 2010, p.24).

Na verdade, as famílias de hoje são muito diferentes dos modelos patriarcais, de séculos atrás. O que se vê hoje também, são formas bastante variadas de agrupamentos humanos que se identificam como família, que vão se adaptando e se reorganizando à medida que surgem novas necessidades, sejam materiais, físicas, morais, afetivas, intelectuais ou sociais. Completam-se ainda que;

Entende-se por família como um núcleo ímpar, criador de uma cultura própria e com leis, regras e crenças peculiares. Cada pessoa que compõe uma família, além de compartilhar desses mesmos ideais e comportamentos, tem suas próprias emoções e suas diferentes significações do cotidiano doméstico. Esses diferentes universos se entrelaçam e vão formando um jeito de viver e conviver que, ao mesmo tempo que conta, omite seus dramas, suas dores e seus sabores. (PAROLIN 2005, p 37)

Compreende-se, dessa forma, que não há famílias iguais, pois cada uma é composta de uma maneira única e peculiar, com pessoas diferentes, valores diferentes. É essa mistura, essa troca de valores, esse envolvimento entre os membros de cada família que possibilita ao indivíduo sentir-se parte dela, mesmo que cada um tenha suas próprias limitações e qualidades. Pois;

O direito de personalidade à autodeterminação ético-existencial do sujeito também não pode ceder a um modelo único de estrutura familiar, haja vista que é permitido ao cidadão o seu próprio planejamento familiar. Não cabe ao Estado dirigir a conduta do cidadão para este ou aquele modelo familiar, pois esta decisão envolve aspectos de sua autonomia ético-existencial (MENEZES, 2008, p.120).

Quando cada um cuida de si e do outro, torna possível que o indivíduo se desenvolva por inteiro e embora haja diferenças, também se reconhece e promove a individualização de cada um. Para se manter uma família, não importa qual seja sua constituição ou composição, o segredo é um valorizar o papel do outro, reconhecer o outro como indivíduo capaz, se colocar no lugar do outro e aprender com o outro, pois isso possibilita o crescimento e o fortalecimento dessa instituição e permite que continue sendo família.

Há outras concepções sobre famílias, mais amplas, mais complexas, que vão se ampliando e se transformando à medida que a sociedade também se transforma. Para Witter (2011), família se trata mais de relações do que de indivíduos, pois cada família constrói laços próprios de relacionamentos e de convivência que vão muito além dos laços consanguíneos. Complementa-se ainda que;

As classificações podem ter por suporte as condições da constituição da família, as modalidades de relações humanas que nela existem, sua funcionalidade, sua origem socioeconômica e ética, sua vinculação com o resto da comunidade, sua estrutura interna ou constelação familiar, até mesmo as características pessoais de seus componentes. (WITTER 2011 p 35)

A formação familiar da sociedade brasileira hoje é oriunda de realidades multiculturais, assim como a formação do povo brasileiro que deriva da mistura de muitas raças e povos desde a sua colonização até os dias de hoje e por esse motivo também os valores afetivos, familiares e sociais são bastante diversos.

Dessa miscigenação cultural iniciada por volta de 1500, com a chegada dos portugueses ao Brasil e o encontro com a cultura indígena, depois com a influência da cultura africana, iniciou-se uma cultura própria, com fortes elementos dessas três raízes culturais que interferiram fortemente no desenho familiar que se seguiu no Brasil, marcada fortemente pela sociedade

patriarcal. Mais tarde, com a imigração de outros povos como os espanhóis, italianos, alemães, turcos, sírios libaneses e mais tarde, dos asiáticos: japoneses, chineses e coreanos, vieram juntos seus hábitos culturais e étnicos que influenciaram e influenciam até hoje na forma como o povo brasileiro se relaciona entre si e com os conceitos construídos ao longo de sua história.

A diversidade cultural brasileira se deu pelo processo de miscigenação entre brancos, índios e negros e foi marcada por uma série de crenças, hábitos, costumes e conceitos contraditórios, alimentando, assim, uma discussão permanente a respeito dos direitos e deveres dos seres humanos, principalmente no combate aos preconceitos remanescentes e oriundos dessa relação que perdurou por séculos[...] (BARBOSA et al, 2014, p.3).

Segundo dados apresentados pela Exame em 7 de julho de 2015, o Brasil tem recebido imigrantes de todas as partes do mundo, principalmente dos países do hemisfério sul. São aproximadamente 1.847.274 imigrantes, segundo estatística da Polícia Federal (ARANTES, 2015). Esses imigrantes têm trazido novas maneiras de se relacionar e de lidar com questões sociais e valores familiares, pois da mesma forma como trazem sua cultura, também absorvem da cultura brasileira para poder sobreviver. Essa mistura e a interação social de seus mesmos também vêm transformando as pessoas com as quais passam a conviver, seus hábitos, sua maneira de pensar e agir diante da sociedade, mas principalmente em suas relações pessoais e familiares.

Quanto as várias configurações das famílias brasileiras, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, mostrou que o modelo tradicional de família que, em 1995 correspondia a aproximadamente 58% das famílias brasileiras, atualmente representa apenas 42%. Novos formatos compostos por mães solteiras ou mãe solo, pais solteiros com filhos, pais divorciados que constituíram novas famílias e crianças adotadas por casais homoafetivos são algumas dessas novas configurações de família na atualidade.

Nos últimos anos, observam-se, nos planos socioeconômico e cultural, várias mudanças ocorridas sob a égide do processo de globalização da economia capitalista que interferem na dinâmica e na estrutura familiar, provocando alterações no padrão tradicional de organização. Assim, na perspectiva de se contemplar a diversidade de relações de pessoas que convivem na sociedade, tornou-se mais apropriado falar em “famílias” (MEIRELES e TEXEIRA, 2014, p.39).

Reconhece-se que a instituição familiar é um espaço altamente complexo, que “se constrói e reconstrói, histórica e cotidianamente, por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e entre seus membros e outras esferas da sociedade (Estado, trabalho e mercado)” (MEIRELES e TEXEIRA, 2014, p.39). Evidencia-se na atualidade uma diversidade de arranjos familiares que além da produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado, de distribuição de recursos e ela desempenha um papel político muito importante na sociedade. As famílias, na atualidade, são dinâmicas e se

caracterizam por definições de papéis, pela solidariedade, pelos laços de afeto e amor, fraternidade e ajuda mútua.

Dentro desse contexto, faz-se importante mencionar as famílias compostas pelos avós como os responsáveis pelos netos. São eles que, quando ocorrem separações conjugais, passam a assumir, de forma temporária ou não, as responsabilidades atribuídas às figuras parentais. “Aos avós por certo, está atrelada a memória familiar, elemento-chave nos processos de identificação e, portanto, na construção do sentido de pertencimento entre os membros de uma família” (VITALE, 2010, p.102).

Para Vitale (2010), as mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias têm tornado propício, a presença dos avós enquanto cuidadores ou únicos responsáveis pela criação, sustento e educação dos netos. Contudo, complementa-se ainda que;

É evidente que a questão da pobreza deve ser examinada do ponto de vista estrutural, relacionada ao modelo de desenvolvimento que privilegia a concentração de riqueza e é determinada, em grande parte, por políticas de ajuste internacionalmente impostas e que acarretam significativos cortes orçamentários na área social (BECKER, 2004, p.63).

As mudanças ocorridas no modo de vida das famílias contemporâneas têm lhes obrigado a criarem estratégias de enfrentamento das dificuldades econômicas. A exemplo disto, podemos mencionar a situação das famílias durante o período de pandemia, da qual ficaram impossibilitadas de trabalhar em decorrência do isolamento social. Os problemas financeiros se agravaram e muitas famílias passaram a receber auxílio financeiro oferecido pelo Governo Federal.

Essa realidade veio impactar na relação tanto familiar quanto escolar, quando se transferiu para os pais, as responsabilidades do aprendizado de seus filhos. Naquele momento, não era mais tão somente a escola e o professor assumindo o dever de educar, mas exigindo dos pais, uma presença em maior grau no processo de ensino e aprendizagem de seus filhos.

FAMÍLIA E ESCOLA: RELAÇÕES COMPLEMENTARES

É inquestionável a necessidade de que família e escola sejam aliadas, parceiras no processo de educação dos filhos/alunos, bem como não é possível pensar a educação formal oferecida pelas instituições de ensino sem pensar na educação informal, aquela que ocorre antes da criança chegar à escola, impreterivelmente, na família. Parolin (2005 p 47) enfatiza que “A família e a escola têm, na sociedade atual, tarefas complementares, apesar

de distintas em seus objetivos, metodologia de abordagem e campo de abrangência.” Isso significa que embora ambas as instituições tenham a mesma responsabilidade no papel de educar as novas gerações, cada uma tem funções distintas. Uma não deve assumir o papel da outra, nem se omitir e sobrecarregar a outra.

À família, compete amparar a criança emocionalmente, efetivamente, materialmente, tornando-a consciente de sua existência como ser único e autônomo. Também compete à família, construir a identidade pessoal da criança, fazendo com que a mesma interaja efetivamente com um grupo familiar socioafetivo, e que venha a conhecer a sua própria história, a história de seus ancestrais, de seu sobrenome. Também é na família que se constroem e se propagam os mitos, as crenças, os hábitos, as ideologias e objetivos pensados e repassados de pais para filhos. São essas vivências que oportunizam às crianças, a construção de sua própria história.

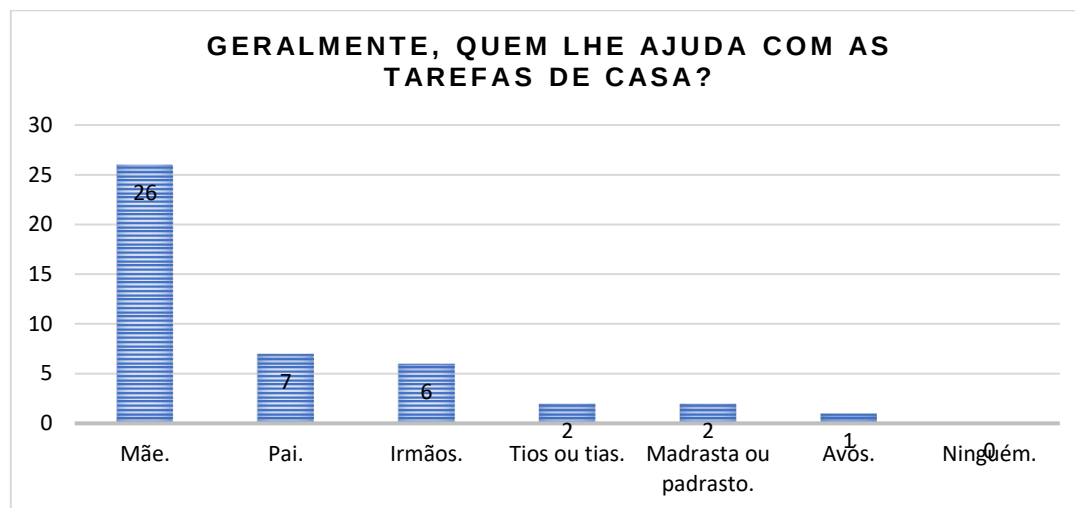
Porém, essas vivências e experiências também fazem com que cada uma se desenvolva de uma forma, pois cada uma é única e embora possa conviver com as mesmas histórias e as mesmas experiências, desenvolvem percepções diferentes sobre o mundo que a cerca, pois à medida que compreende os processos sociais aos quais está inserida e a forma como também é vista pelo grupo social que a cerca, desenvolve seus próprios valores que permitem que, mesmo fazendo parte daquele grupo passe a construir e exercer direitos e deveres diferentes na esfera individual, ou seja, é possível que um indivíduo que cresceu e se desenvolveu num determinado ambiente, passe a não seguir as orientações de seus pares e busque outros valores que a seu modo de ver, são importantes para ele.

Parolin (2005 p 53) afirma, no entanto, “que o funcionamento da família é que determina o grau de comprometimento de uma criança e não o seu diagnóstico.” Compreender o alcance dessa afirmação permite também considerar que o papel da família é fundamental para a motivação e orientação dos filhos para a vida escolar, pois é a partir dessa orientação que se compreende que tudo começa na família, independentemente da situação da criança.

A presença dos pais na escola faz parte do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O professor não ensina sozinho, pelo contrário, ele ensina um percentual importante, mas cabe ao aluno buscar desenvolver e aprimorar o que aprendeu durante seus estudos na escola também em casa, com o apoio de algum membro da família que não necessariamente venha ser a mãe, tendo em vista a realidade socioeconômica da qual se encontra a família contemporânea da qual a mulher passou a exercer atividades fora do domicílio, delegando responsabilidades aos demais membros da família para com o cuidado dos filhos menores. Contudo, ainda se percebe que a figura feminina, ou melhor,

da mãe, ainda é muito mais presente quando o assunto é o cuidado e educação com os filhos. No quadro abaixo, fica evidente o quanto as mães são, em sua maioria, as mais responsáveis em acompanhar os filhos durante as atividades escolares em casa.

Gráfico 1. Quem ajuda os filhos nas tarefas



Fonte: Autor, 2022.

Apesar das mudanças na estrutura social, percebe-se que a figura feminina ainda é vista como a principal responsável pelo cuidado e educação dos filhos. Mesmo que a mulher na contemporaneidade venha desenvolver um papel de trabalhadora fora do domicílio, lhe recaí a responsabilidade de administrar a casa, cuidado e educação dos filhos, muitas vezes sem apoio algum dos pais. Em famílias pobres, mesmo com a necessidade de contar com a renda da mulher, ainda é possível perceber a inexistência de uma flexibilização das concepções dos papéis desempenhados por eles. Considera-se ainda que:

Para a transformação desses papéis formas de ação em nível tanto social quanto individual, que passariam por três eixos: um no campo dos direitos e das instituições, outro na unidade do trabalho doméstico e, por fim, um último relativo ao cuidado para com as crianças (MICHAEL KAUFMAM (1995) apud LYRA et al (2010, p.88).

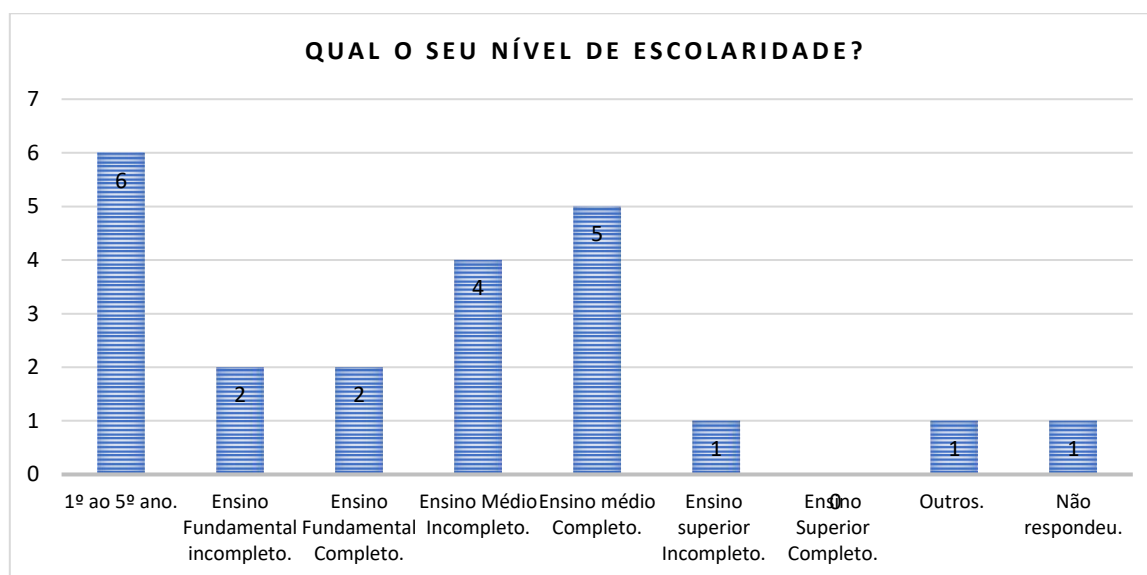
Autoras como Engle e BreauX (1994), defendem que aumentar a aceitação do cuidado por parte dos pais pode trazer vantagens para os filhos na medida que o homem enquanto figura paterna teria mais possibilidade de prover não tão somente demandas no aspecto físico e/ou material, mas também afetivas. Contudo, observa-se que, atualmente, é possível observar diferentes modalidades de paternidade exercida pelo homem.

Dependendo do contexto social e econômico da qual a família esteja inserida, é possível vislumbrar uma igualdade de gênero dentro dos espaços domésticos quando o

assunto é cuidado e educação dos filhos. Famílias com menos conflitos relacionais entre os gêneros, possibilitam aos filhos, um ambiente saudável e propício a uma boa formação escolar porque não há desigualdade nas responsabilidades dos papéis sociais e os filhos podem contar com os pais de forma igual. Ambiente saudável vai impactar de forma positiva no desenvolvimento dos alunos nas escolas, visto que, ambos (família e escola) precisam estabelecer uma relação saudável de troca de experiência durante todo o processo de ensino e aprendizado trabalhado nas escolas.

Faz-se importante enfatizar que em muitas famílias prevalece o grau de escolaridade baixo, por isso, evidencia-se também uma grande dificuldade de os alunos receberem apoio e orientação dos pais durante as atividades escolares a ser desenvolvidas em casa. O gráfico abaixo demonstra a realidade da maioria das famílias dos alunos estudantes de uma escola da rede pública em Apuí no Amazonas.

Gráfico 2. Nível de escolaridade dos pais / responsáveis



Fonte: Autor, 2022.

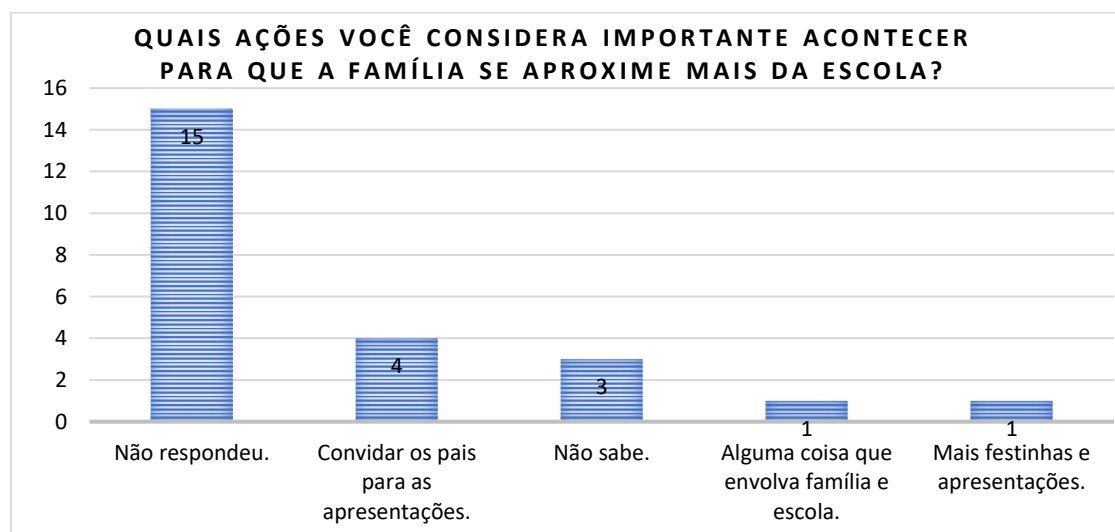
Conforme os resultados acima, verificou-se que há uma prevalência daqueles com ensino fundamental incompleto, que compreende do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Um número significativo iniciou o Ensino Médio e não concluiu, outros já concluíram, mas nenhum tem Ensino Superior Completo. Esta estatística demonstra o retrato da educação no campo que ainda enfrenta muitos desafios como falta de professores, de escolas, infraestrutura, acesso à internet e de equipamentos para que as aulas aconteçam com melhor qualidade.

O município de Apuí foi colonizado por paranaenses que chegaram na cidade aproximadamente há 40 anos. Abriram suas terras, formaram suas estruturas familiar e

financeira através do trabalho no campo. A renda da boa parte da população advém do agronegócio e economia familiar. É um município que fica localizado entre a divisa do Mato Grosso e Rondônia, seu acesso é unicamente por via terrestre e aérea. Há uma migração grande de pessoas que chegam e outras que vão em busca de melhores oportunidades. Isso possivelmente explique o baixo desenvolvimento escolar devido à quebra de rotina dos alunos.

O trabalho no campo quase sempre é desenvolvido por todos os membros da família, onde muitos pais não tiveram a oportunidade de estudar, e os filhos, mesmo indo à escola, acabam por desenvolver alguma atividade no campo fora do horário de aula. O trabalho agrícola é cansativo e muitos pais não conseguem estar presente na vida escolar dos filhos. No quadro abaixo, fica evidente o quanto muitos pais não participam integralmente da vida escolar dos filhos, desconhecem as ações e programas oferecidos pelas escolas aos alunos.

Gráfico 3. Tipos de ações para que os pais compareçam a escola



Fonte: Autor 2022.

A maioria dos alunos não souberam responder quais as ações poderiam incentivar a presença dos pais na escola. Porém, observa-se que muitos responderam que oferecer mais apresentações e festinhas seria uma alternativa de incentivo aos pais/responsáveis para se fazerem mais presentes durante as ações escolares. As atividades recreativas são as que mais contam com a presença dos pais e responsáveis na escola. Lócus desta pesquisa, infelizmente, quando é solicitado a presença deles para discutir questões pedagógicas referente aos alunos, poucos pais comparecem.

O espaço escolar é parte da comunidade e para que haja interação entre escola e sociedade, faz-se necessário que ambos andem juntos e compreendam suas obrigações.

Os encontros abertos voltados para os pais são momentos pensados para que escola e família possam pensar em melhores alternativas de fazerem juntos um ensino melhor. Quando não há comprometimento da família, a escola passa enfrentar desafios com notas baixas, recuperação, muitas vezes atraso no aprendizado com relação a leitura e, tudo isso, prejudica literalmente, a vida escolar das crianças que não têm como apreender sozinhas. A criança precisa receber o apoio para que o seu caminhar pelos estudos seja natural, sem pressa, mais prazeroso.

A presença dos pais nos espaços escolares precisa ser de parceria, comprometimento com a educação e aprendizado dos filhos, troca de informações, busca por orientações, quando necessário, e apoio durante o processo de escolarização de seus filhos. Precisa-se romper com os paradigmas de que somente a escola é responsável pela educação e formação da criança. Para que a educação aconteça de fato, faz-se necessário que escola, família e sociedade também estejam alinhadas em busca dos mesmos objetivos. As relações familiares entre pais e filhos, é sem dúvida a relação que estabelece o vínculo mais forte, também é onde as obrigações morais atuam (SARTI, 2011).

O vínculo não se limita somente dentro da família em espaço domiciliar, mas na comunidade, assim como na escola. É no espaço escolar que na maioria das vezes os casos de violência familiar são percebidos dentro das salas de aula. Os alunos começam a demonstrar comportamentos agressivos e antissociais e baixa participação nas atividades escolares. Estudos recentes sobre violência doméstica e a ação da escola desenvolvidos por Ristum & Moura (2006); (Ristum & Vasconcelos, 2007), indicam que os efeitos da violência doméstica sobre comportamentos disciplinares dos alunos são visíveis em sala de aula.

[...] comportamentos agressivos ou violentos, desobediência, dificuldade de relacionamento, tendência a se isolar ou a ser muito agitado. Quanto ao aspecto acadêmico, relatam que a maioria possui baixo rendimento, dificuldade de aprendizagem, são desinteressados e dispersos e/ou desatentos (RISTUM, 2010, p.235).

Essa percepção, de acordo com a autora, geralmente acontece através do professor em sala de aula e, posteriormente, demais funcionários também começam a perceber o comportamento desses alunos que vivem em lares onde a violência se faz presente.

Tem-se percebido uma ausência dos pais nas reuniões, geralmente são as mães que mais estão presentes. Alguns pais alegam estarem ocupados com o trabalho e, por isso, não podem comparecer a escola.

A identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho, não apenas para os pobres. O trabalho é muito mais do que o instrumento

da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer: *eu sou* (SARTI, 2011, p.88).

Infelizmente, na conjuntura atual, tem-se observado a necessidade da inserção dos profissionais de serviço Social e psicólogo nas escolas. A educação brasileira tem passado por diversas transformações como parte desse processo de mudança social, econômica e cultural que o Brasil tem sofrido. Compreender os desafios vivenciados pelas famílias está muito além da condição do professor, que ainda sim, acaba que por tentar fazer o papel de orientador social junto aos alunos e até junto às famílias. Em localidades rurais, por exemplo, o professor é o único profissional do qual os alunos podem dividir suas angústias, seus medos, seus problemas familiares e seus sonhos.

A vida no campo ou em cidades muito afastadas da capital há poucas oportunidades ou quase nenhuma além do trabalho no meio rural. Vencer pelos estudos é romper com uma barreira forte de preconceitos, dificuldades financeiras, crenças limitantes e falta de apoio. Muitos pais colocam os filhos nas escolas para atender uma obrigação legal, mas desacreditam no poder de transformação que os estudos podem trazer aos seus filhos porque não puderam estudar, porque sabem que o poder público não investe em melhorias no meio rural. A dinâmica de sobrevivência familiar parte do trabalho agrícola e ensinar os filhos a lidar com a terra é uma necessidade.

Muitos pais, por terem vividos uma vida difícil, sem acesso aos estudos e qualquer tipo de programa social no passado, acreditam que a realidade de seus filhos será a mesma e, por isso, até desacreditam na mudança, perdem o interesse em ser mais participativo nas escolas, pouco ajudam os filhos com as atividades escolares em casa porque também possuem baixa escolaridade e, o tudo isso, ocasiona um impacto negativo na vida escolar dos alunos. Não basta só querer mudar a concepção das pessoas, se não lhes foram oferecidas outras oportunidades na vida. Quando se vive em área rural também se vive realidade diferente.

Uma retomada das políticas públicas voltadas para às famílias como um todo, mas não de forma fragmentada como temos observado, faz-se necessário para o resgate da importância da família na formação cidadã de seus membros. A complexidade das necessidades das famílias de baixa renda, por exemplo, não é tão somente econômica. A saúde pública encontra-se deficiente em muitas localidades rurais, a educação muitas vezes funciona de forma precária, a assistência social nem sempre chega para identificar os problemas sociais vivenciados pelas comunidades. A priorização das famílias na agenda das políticas públicas é urgente, pois:

De fato, é o primeiro sujeito que referência e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO, 2004, p.93).

A autora complementa ainda que:

Retomar a família como unidade de atenção das políticas públicas não é um retrocesso a velhos esquemas. É, sim, um desafio na busca de opções mais coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos de uma nação (CARVALHO, 2004, p.93).

As escolas estão oferecendo o que podem para que a educação aconteça principalmente às crianças da área rural. Para que uma educação de qualidade aconteça, é necessário que tanto a escola (poder público), família e sociedade percebam a importância do seu papel. O apoio as famílias que precisam ser ouvidas e percebidas como sujeitos de direitos, também precisa ser prioridade na agenda dos governantes. O poder público precisa pensar em projetos e programas sociais que alcance realmente as populações mais afastadas das grandes cidades, a exemplo do município de Apuí que precisa lidar com as diversidades da educação pública sem recursos satisfatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família, enquanto instituição social, tem passado por constantes modificações em sua estrutura. Segundo dados do IBGE (2000), cresceu exponencialmente o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Pesquisas também apontam ainda a predominância do modelo patriarcal burguês e nuclear, da qual permanece ainda a autoridade paterna nas relações familiares. Goldani (1993) explica que nas novas configurações familiares, o papel de provedor passou a ser compartilhado com os demais membros do grupo familiar, o que colabora com a ruptura do modelo tradicional de família onde aos homens lhe caberia o trabalho fora domicílio e o provento da família, e as mulheres o trabalho doméstico. Esta por sua vez, mesmo trabalhando fora domicílio, ainda continua responsável pelos afazeres domésticos.

Os dados aqui apresentados demonstram que independentemente das configurações familiares, a mulher, enquanto mãe e principal cuidadora dos filhos são as que mais se fazem presentes na vida escolar deles. Essa divisão social dos papéis de gênero coloca a mulher como a única responsável pela educação e criação dos filhos, mantendo o discurso de que aos pais, lhe recai a obrigação de provedor. Este estudo também demonstrou que os conflitos no âmbito familiar têm impactado diretamente no

desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental e vem preocupando professores e demais profissionais da educação pública no município de Apuí.

Conforme relatos dos professores, as crianças que não recebem apoio dos pais durante as atividades que precisam ser executadas em casa, passam a não ter bom desempenho na escola. A sociabilidade e comportamento também são afetados quando há registro de conflitos ou dissolução dos laços familiares, assim enfatizam os professores. Contudo, os estudos de Szymanski (2002), apontam que famílias formadas por novas configurações, fora do modelo tradicional, nem sempre devem ser consideradas desestruturadas. É necessário fazer uma análise de conjuntura para que seja entendido os diferentes fatores que contribuíram para com essas mudanças na sociedade atual.

Não há como atribuir a esses diferentes modelos de famílias a responsabilidade de serem as únicas culpadas pelo fracasso ou problemas emocionais, comportamental e escolar de seus membros. Muitos fatores precisam ser analisados dentro da própria relação familiar, como enfrentamento das dificuldades econômicas que obriga os membros a saírem para o mercado de trabalho para contribuir com a manutenção do grupo, e o declínio do familismo e crescente individualismo e igualitarismo como marcas do processo de modernização, seria um desses fatores (GOLDANI, 1993).

Espera-se que este estudo possa contribuir com as discussões sobre a temática aqui apresentada e que tanto comunidade acadêmica quanto poder público e sociedade possam refletir sobre as consequências que a ausência da família pode causar na vida escolar e social de seus filhos. Pais presentes e participativos tornam o processo de escolarização dos alunos mais significativo.

REFERENCIAS

ARANTES, José Tadeu. O panorama da imigração no Brasil – os imigrantes compõem, no país, somente 0,9% da população. **Exame.2015**. disponível em acesso em: 17/10/2023.

BARBOSA, Ana Clarisse Alencar. et al. **Educação e diversidade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S/A., 2014.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira a base de tudo**. – 6ª.ed.- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1.ed. – São Paulo: Eureka, 2015.

ENGLE, Patrice. BREAUX, Cynthia. Is there a father instinct? Father' Responsibility for Children. **New York: The population Council/ Internacional Center for Research for Women Series**, 1994.

GOLDANI, Ana. Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 67- 110, 1993.

LYRA, Jorge. Homens e cuidado: uma outra família. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família, Redes, Laços, Políticas Públicas**. 5ª.ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos – PUC/SP, 2010.

MEIRELES, Fabrina da Silva. TEIXEIRA, Solange Maria. AS DIVERSAS FACES DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: conceitos e novas configurações. **Rev. Informe Econômico.**, ano 16, n. 31, jun, 2014.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. A FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – UMA INSTITUIÇÃO PLURAL E ATENTA AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. **NEJ** - Vol. 13 - n. 1 - p. 119-130 / jan-jun 2008.

PAROLIN, Isabel. – **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem** / Isabel Parolin. – Curitiba: Positivo, 2005.

RISTUM, Marilena. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **PEPSIC- Temas psicol.** – vol.18. n.1. Ribeirão Preto, 2010.

SANTOS, Roberto Ferreira dos. Tendências pedagógicas: o que são e para que servem. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, nº 15, 17 de abril de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/12/15/tendencias-pedagoacutegicas-o-que-satildeo-e-para-que-servem>. Data de acesso: 05/11/2013

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família, Redes, Laços, Políticas Públicas**. 5ª.ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos – PUC/SP, 2010.
_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. – 7ª.ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, a. XXIII, n. 71, p. 9-25, 2002.

VITALE, Maria Amalia Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família, Redes, Laços, Políticas Públicas**. 5ª.ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos – PUC/SP, 2010.

WITTER, Geraldina Porto. - **Família e Aprendizagem** / Geraldina Porto Witter, (org) – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

Capítulo

04

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E FONTES CINEMATOGRAFICAS: UMA BREVE ANÁLISE DE *WHITE CHRISTMAS* EM *BLACK MIRROR*

EDUARDO MANGOLIM BRANDANI DA SILVA

GESSICA DE BRITO BUENO

RESUMO: O objetivo do artigo foi apresentar as prerrogativas que compõem o campo de estudos da história do tempo presente, bem como evidenciar o potencial do uso das fontes cinematográficas no ensino de História. Para além disso, foi feito uma breve análise de um episódio intitulado *White Christmas* da série britânica *Black Mirror*, pois as narrativas apresentadas permitiram refletir acerca dos riscos do uso desmedido das Redes Sociais e a realidade que se apresenta com o avanço das tecnologias digitais. A metodologia utilizada foi a descritiva e a explicativa, com uso de bibliografias e fontes familiarizadas com os assuntos propostos. Concluiu-se que o campo de estudo da história do tempo presente tem interesse em consolidar raciocínios que alimentem noções de cidadania, de pertencimento e de compreensão da nossa realidade e que é a partir dela que analisamos o episódio chamado *White Christmas*, a fim de perceber os problemas ocasionados pelo uso da AI.

PALAVRAS-CHAVE: História do tempo presente; Cinema; *Black Mirror*.

ABSTRACT: The aim of the article was to present the prerogatives that make up the field of studying the history of the present time, as well as to highlight the potential of using cinematographic sources in history teaching. In addition, a brief analysis was made of an episode entitled *White Christmas* from the British series *Black Mirror*, as the narratives presented allowed us to reflect on the risks of the excessive use of Social Networks and the reality presented by the advance of digital technologies. The methodology used was descriptive and explanatory, using bibliographies and sources familiar with the proposed subjects. It was concluded that the field of study of the history of the present time is interested in consolidating reasoning that nurtures notions of citizenship, belonging and understanding of our reality and that it is on this basis that we analyzed the episode called *White Christmas*, in order to understand the problems caused by the use of AI.

KEYWORDS: Present Time History; Cinema; *Black Mirror*.

INTRODUÇÃO

A história, enquanto disciplina investigativa que se moldou no decorrer do tempo para obter metodologia e teorização que intentassem elaborações científicas, teve seus objetivos e prerrogativas baseados nos interesses dos seus praticantes e formuladores alinhados aos diferentes contextos existentes. Isso significa dizer que o campo historiográfico possuiu diferentes projetos de uso, seja enquanto uma disciplina que no século XIX intentava produzir um conhecimento dito como “verdade” baseado apenas nas informações de documentos políticos oficiais, ou seja, enquanto disciplina de ensino que na Europa da segunda metade do século XIX tentou incutir e disseminar, nos jovens, um nascente e fértil nacionalismo, que buscava gerar massas obedientes e patrióticas dentro

de um projeto de construção de estados-nações capitalistas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.24-25).

Os impactos do século XX sobre o campo historiográfico, como o surgimento de novas formas de produção, os tipos de narrativas que ele passou a ter possibilidade de estruturar e a diversidade de fontes plausíveis para serem utilizadas, com seus vestígios, para compor a análise investigativa, demonstram que a ciência histórica passou por alterações profundas, de forma que suas matrizes intentam questões que não são mais aquelas do século XIX.

A historiografia enquanto campo de pesquisa diversificou seus objetivos. O que se nota como algo mais geral do campo, é o fato de que não busca mais a ideia de algo como a “verdade” e nem sequer busca criar narrativas únicas sobre processos, eventos ou contextos no tempo (ADICHIE, 2019, p.21). A ideia é que o resultado investigativo dos historiadores propicie a produção de narrativas que contenham vestígios de realidade, que intentam a verdade, de forma que essa narrativa contenha elementos estruturais do contexto, portanto aspectos circulares, ao lado de práticas, ações e eventos que exponham aspectos de linearidade, transição e transgressão ao habitual, ou seja, elementos que permitam expor desde o cotidiano de um contexto, até questões de rupturas, mudanças e processos inesperados no interior do que estava consolidado (BURKE, 1992, p.332-334).

Os processos de mudança também afetaram a história enquanto disciplina voltada ao ensino escolar. No entanto antes de entrarmos no mérito dessas mudanças e no que intenta o ensino de história de no tempo presente, é preciso levantar a ressalva de que o trabalho historiográfico e seu ensino no espaço escolar possuem intenções diferentes. Pelo exemplo citado previamente sobre o século XIX, nota-se que a pesquisa visava produzir a “verdade” e elencar elementos do “progresso” e o ensino buscava incutir o nascente nacionalismo além de controlar as massas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.25). Esses aspectos situam que pesquisa e ensino se relacionam nos diferentes contextos do tempo. Se a pesquisa busca dar conta de perfazer aspectos do tempo e narrá-los, o ensino da história busca transmitir parte desses elementos a fim de propiciar noções de cidadania, consciência de si e do outro, além de permitir a concepção de pertencimento no espaço e no tempo. A grande questão é como esses processos se concretizaram no decorrer do tempo.

Retornando uma última vez ao século XIX, nota-se que a ideia de cidadania e de pertencimento estavam muito atreladas à dimensão de um intenso patriotismo, que inclusive a construção de pensamento sobre o outro. Na grande maioria dos casos europeus, a definição do outro passava por um filtro embrenhado em perspectivas

etnocêntricas. Sendo assim havia uma elaboração de realidade perpassada por hierarquias, onde o externo era diminuído e inferiorizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.25-26).

No tempo presente o ensino de história continua tendo grande interesse em consolidar raciocínios que alimentem noções de cidadania, de pertencimento e de compreensão sobre o outro. No entanto, se olharmos o ensino de história atual sob uma perspectiva progressista e moderna, nota-se que ele se alimentou de muitas fontes metodológicas e didáticas que lhe permitiram se consolidar como um ensino que intenta incutir em seus aprendizes o aprendizado do princípio de alteridade. Essa é a ideia de transmitir o conhecimento de que há um local de pertencimento no espaço e no tempo que definem as práticas e compreensões suas. Porém há também a existência de outros indivíduos e culturas que compreendem e significam o mundo de formas completamente diferentes daquela que você está habituado, de forma que eles produzem práticas que têm amplo sentido para eles, enquanto para você, elas não têm o mesmo significado. A ideia é criar a percepção de que aquilo que é de si mesmo não é superior ou inferior ao do outro, e o mesmo valendo para as questões do estrangeiro. Há a necessidade assim de expor a diversidade à fim de construir a ideia de respeito ao outro, de forma que isso possa ser aprofundado para que se preserve a dimensão da multiculturalidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.31-33).

A elaboração da ideia de princípio de alteridade não foi simples e como foi determinado perpassou muitas fontes relacionadas às formas de se pensar a educação. Nesse trabalho elencamos três metodologias de ensino que contribuíram largamente para o ensino de história atual com sua perspectiva de construir uma consciência que preze pela alteridade. O primeiro deles é o processo sócio-libertador (GASPARIN, 2010, p. 83).

Essa metodologia está muito relacionada aos trabalhos do educador e filósofo Paulo Freire e sua ideia de que o ensino priorize a libertação do indivíduo. A principal questão dessa metodologia seria de propiciar aos indivíduos as informações e caminhos que permitam ter compreensão sobre sua posição social no mundo. Isso é, quais suas condições materiais, o porquê delas e qual a relação de forças que existem no tecido social que querem manter a desigualdade e opressão em detrimento de uma massa de oprimidos. Paulo Freire buscava garantir que as massas pudessem buscar alternativas à essa realidade de opressão existente, de forma que os indivíduos pudessem alcançar liberdade de direitos e dignidade material. O que nos interessa sobre essa metodologia é o fato de que ela alimenta a concepção de cidadania e consciência de si, elementos muito

importantes no ensino de história e bem relevantes na formulação do princípio de alteridade (GASPARIN, 2010, p.84-87).

A segunda metodologia permitiu o aperfeiçoamento da consciência que um indivíduo pode ter sobre seu pertencimento no tempo e espaço. Isso significa dizer que o indivíduo não apenas deve ter consciência de suas próprias condições e os motivos delas, mas também conseguir compreender os elementos estruturantes de sua realidade e de seu tempo. Essa seria a metodologia do processo Histórico-Cultural. O ensino das diferentes disciplinas deveria propiciar consciência sobre o mundo e as condições materiais e culturais pelo qual esse é constituído. Isso significa dizer as formas e regimes de produção, as condições materiais amplas e os aspectos culturais envolventes à existência. Isso permitiria a consciência de pertencimento do indivíduo no mundo (GASPARIN, 2010, p.100-103).

Por fim há o interesse aqui de se comentar sobre os princípios pedagógicos-educacionais do processo multicultural. O grande potencial desse método se relaciona com a ideia de consciência sobre o outro e respeito à diversidade cultural. O mundo é constituído de diferentes populações, culturas e civilizações. Esses grupos possuem significações, concepções e práticas díspares. Com essas informações é possível construir a ideia de diversidade e o valor embutido nessa condição. Indo além disso há assim a possibilidade se prezar pelo diferente, de forma a romper preconceitos e estereótipos, permitindo sobrepujar hierarquias e suas inferiorizações (GASPARIN, 2010, p.111-115).

Aspectos dessas três metodologias permitem a elaboração de um ensino de história moderno e progressista que esteja bem relacionado com a dimensão do princípio de alteridade. Isso é um ensino de história que compreenda objetivos relacionados à construção da ideia de cidadania, de consciência de si e do outro e por fim a concepção do contexto espaço-temporal que se vive, mas de forma a relacioná-los a práticas que valorizem e compreendam a diversidade humana em todos seus aspectos de existência.

Tendo em mente as prerrogativas que compõem o ensino de história no tempo presente, é interessante que se possa pensar na questão de que a forma como se produz e se faz esse ensino pode percorrer diferentes métodos e percursos. Existem currículos e diretrizes que guiam aspectos, conceitos e conteúdos que devem ser ensinados e ministrados em sala de aula. Porém existe flexibilidade sobre como se fazer isso, assim como em relação às fontes de ensino possíveis de serem administradas no espaço escolar. Nosso objetivo segue em sentido de expor como exemplares de fontes fílmicas, ou seja, elementos cinematográficos, podem ser utilizados para se compreender aspectos no tempo, conciliando em duas frentes as necessidades e obrigatoriedades curriculares, ao

lado de pressupostos de ampliar a consciência sobre si e sobre o mundo entre os alunos, assim como de incutir o pensamento e noção de alteridade entre eles.

ENSINO DE HISTÓRIA, NECESSIDADES CURRICULARES E A DIVERSIDADE DE FONTES EDUCATIVAS: AS FONTES CINEMATOGRAFICAS EM SALA DE AULA

O ensino de história no espaço escolar depende não apenas de metodologias e didáticas de ensino, mas também de táticas que possam aperfeiçoar o aprendizado do aluno. O cenário recente da pandemia de COVID-19 (2020-2023) enfrentado pelas instituições de ensino de todos os níveis e por seus participantes, alunos e professores, condicionou os professores a utilizarem todo tipo de ferramenta útil para conseguirem transmitir seus assuntos. A administração do ensino se organizou em torno da utilização do ensino remoto. Isso é, um modelo onde a aula acontece em tempo real, porém o professor e seus alunos se encontram em locais separados. O que se nota é que as universidades, faculdades e escolas tiveram de se adaptar para um modelo remoto emergencial, que difere do ensino à distância (EAD), onde o sistema à distância em tempo real foi implantado, tendo como base de funcionamento o computador (MOREIRA e SCHLEMER, 2020, p.8-10).

O ensino realizado a partir da mídia eletrônica e concretizado em uma relação que se dava entre telas demandou muita energia dos participantes, além de que proporcionou grandes desafios em sua aplicação. Esse cenário enfrentado levou uma série de discentes a utilizarem ferramentas que não eram comuns ao cotidiano pré-pandêmico e que inclusive se tornaram mais recorrentes no contexto pós epidemia. Esse é o caso da presença de elementos de mídia como o filme (MOREIRA, 2003, p.1206-1208). O filme enquanto recurso imagético possui grande potencial de transmitir discursos, ideias e traços de historicidade.

No entanto antes de entrar na ideia de como elementos midiáticos fílmicos podem ser utilizados para empreender conceitos históricos no ensino, é preciso levantar a questão da interação desse elemento com os currículos escolares sobre o ensino de história. O conhecimento escolar perpassa dinâmicas relacionadas ao processo de transmissão. Essa se dá por meio do ensino e educação que ocorrem no interior dessa instituição. O que deve ser ensinado e o que deve aparecer em meio ao processo educacional dependem de elementos que são predefinidos em diferentes instâncias. Isso é demandas do poder público, assim como interesses da própria instituição de ensino. Esses aspectos traçados previamente estão organizados no interior do currículo. Essa ferramenta documental se

organiza para ser aplicada ano a ano de acordo com o nível que o aluno se encontra (ANDRETTA, 2013, p.95-97).

A ferramenta curricular impõe a necessidade de ensino de uma série de conteúdos para as diferentes disciplinas ministradas. No entanto há espaço para que conteúdos extras sejam aplicados, desde que eles dialoguem com aqueles pré-estabelecidos ou com as diretrizes do currículo, assim como a aplicação do conteúdo pode ser feita de maneira flexível, ou seja, se utilizando de diferentes ferramentas e metodologias de ensino. Esse cenário expõe a dimensão de que o currículo não é um documento engessado, mas sim uma ferramenta que indica deveres, mas ao mesmo tempo permite flexibilidade e diversidade de aplicações (ANDRETTA, 2013, p.97-99).

Uma das fontes que pode ser pensada para a construção do ensino de história é justamente o cinema. A cultura midiática por meio de recursos de imagens em movimento, os filmes, impactou a humanidade no decorrer de todo o século XX. No entanto, desde a década de 1970 nota-se que a cultura de mídias se tornou um elemento disseminado de grande potencial de consumo. Pode-se falar então na dimensão da midiatização da cultura (MOREIRA, 2003, p.1206-1208).

O que pouco se debate ainda sobre a disseminação em massa da mídia, é sobre seu papel pedagógico sobre a sociedade, onde os conglomerados de mídia com seus múltiplos recursos disseminam suas ideias e interesses sobre à população. Isso é, os recursos fílmicos têm um grande potencial de formação de opinião. Isso se dá pela construção de sentido que esses grupos garantem, isso em um contexto em que há crise de sentido e significado sobre as diferentes questões do mundo, traço comum do mundo contemporâneo pós-moderno (MOREIRA, 2003, p.1215-1219). Uma grande problemática em relação a esse campo, é que a partir da década de 1990, com a disseminação da internet, os recursos audiovisuais tiveram sua produção acelerada, ele se dando sobre a dispersão de seus elementos (FISCHER, 2005, p.44-45).

Essa aceleração produtiva e dispersiva pode ser compreendida como processos de ritmo desenfreado. Há aquilo que é consumido na esfera pública que por si só já tem esse potencial pedagógico que busca cooptar as massas, mas há a problemática dos elementos da cultura privada. O descontrole dos conteúdos produzidos e disseminados faz com que diferentes discursos sejam propagados, atendendo grupos menores, que podem estar relacionados ao crime, ódio, desrespeito e ilegalidades. Aborda-se aqui então a dimensão do audiovisual enquanto uma ferramenta que tem potencial, principalmente no meio privado, de gerar pedagogias opressoras e odiosas, que geram cooptação em menor escala (FISCHER, 2005, p.50-52).

Apesar dos aspectos negativos mencionados acima, o audiovisual, quando conduzido pela óptica da ideia de construção de respeito e valorização da alteridade, tem potencial de ser uma ferramenta pedagógico-educacional progressista. Para que esse elemento possa ser pensado é necessário levantar algumas questões teóricas sobre a imagem e sobre o discurso que elas carregam e veiculam em seu interior.

A imagem é um produto visual que depende de um meio. Isso significa que ela possui materialidade, mas é na mesma medida um elemento imaginativo. A questão material se dá pelo fato que a imagem pode ser construída a partir de diferentes bases. No caso audiovisual ela pode ser desde um rolo fílmico até um recurso digital. Ela se inscreve no meio na medida em que ela é lastreada em algum recurso que permite essa condição. A imagem, tendo lastro material, é percebida pelos órgãos dos sentidos. Ela é apropriada por questões biológicas permitindo algum tipo de significação. É aí que entra a dimensão imaginativa da imagem. Se a imagem possui materialidade, quando ela é assimilada ela passa a ser um elemento imaginativo. Ela se aloca na memória e permite ser rememorada, produzindo diferentes significações, conjugações e produções de ideias (BELTING, 2010, p.49-51).

As imagens pertencem ao mundo dos sentidos e das significações e elas permitem diversidade de elaborações no campo imaginativo. No entanto as imagens não são isentas de sentidos e interesses. Se elas permitem diversidade de significações, elas também carregam consigo o interesse de seus produtores, emissores e disseminadores. Isso é, elas veiculam uma ideia que é visada a educar e cooptar os receptores. Nesse sentido elas carregam consigo discursos. Esse elemento está interiorizado nas imagens e está diretamente ligado ao produtor da mesma (BELTING, 2010, p.78-79).

O discurso é um recurso simbólico e significativo que carrega em seu interior aspectos de poder. Isso é, o discurso tem o poder de garantir ou negar algo, tendo assim o potencial de excluir ou amalgamar diferentes objetos. É nesse sentido que o discurso possui a condição de interdição, ou seja, de permitir ou negar acesso a algo, como uma espécie de divisor no tecido social. Tendo esse potencial e carregando em seu interior aspectos de poder, o discurso veiculado na imagem, atende ao interesse de cooptar grupos, mas na mesma medida tem o potencial de excluir aqueles que não são de interesse. Portanto o emissor de uma dada imagem coloca seus interesses no interior dela de forma a construir um discurso distribuído por esse meio (FOUCAULT, 1999).

Para que um elemento imagético como o cinema possa ser utilizado sob uma perspectiva progressista é sempre preciso ter em mente a questão de quem são seus produtores e emissores de forma que os objetivos sejam identificados previamente. No

tempo presente a grande maioria dos monopólios midiáticos estão interessados em disseminar ideias progressistas sobre aspectos culturais do cotidiano, como elementos sobre sexualidade, raça e gênero. No entanto existe a possibilidade de se utilizar filmes e séries antigos, que eram guiados por outros paradigmas, vistos aos olhos de hoje como ultrapassados, justamente para se elaborar a ideia de mudanças no decorrer do tempo (SOUZA, 2010, p.29).

Há também os filmes contemporâneos que retratam outros contextos, sejam eles temporais ou espaciais. Nesses casos o educador tem a possibilidade de evidenciar os aspectos que aparentam ter proximidade com a realidade histórica, assim como de negar aqueles que aparentam transmitir exageros ou incongruências. O grande interesse ao se utilizar desses filmes que trazem aspectos históricos, mais do que transmitir esses recursos como exemplos fidedignos da realidade, é a possibilidade de expor o diferente, assim como de construir a ideia de respeito àquilo que é do outro (Souza, 2010, p.32-33).

Um dos temas que é ainda pouco trabalhado nas aulas de história na escola, são os elementos relacionados ao tempo presente. Fala-se aqui sobre os diferentes traços que compõem o “agora” dos alunos. A questão que nos interessa trabalhar nesse material se relaciona com o tempo imediato porque fala sobre o impacto da tecnologia na vida dos indivíduos e sobre os múltiplos usos que elas possam vir a ter, sejam eles benéficos ou prejudiciais. Para isso foi feita a escolha de um episódio da série *Black Mirror*, produzida pela empresa Netflix. O referido episódio pertence a segunda temporada, tendo sido lançado em 2014, e seu nome é “White Christmas”, cuja tradução é natal branco.

O episódio traz uma série de aspectos atuais como o uso de redes sociais de forma cruzada a tecnologias de realidade virtual, sendo que a série toma um passo além, em uma intenção futurista, onde as tecnologias virtuais invadem a realidade física, produzindo um efeito de realidade expandida. O episódio traz aspectos sobre como a tecnologia vem tomando espaço de algumas atividades do nosso cotidiano, além de que situa os perigos dessas aplicações, ao lado dos limites éticos sobre tais equipamentos.

WHITE CHRISTMAS EM BLACK MIRROR

Visando propiciar noções de cidadania, consciência de si próprio e do outro, além de permitir a concepção de pertencimento no espaço e no tempo, iremos discutir um episódio específico da série britânica chamada *Black Mirror* lançada em 2011. É visível a ascensão da tecnologia no auxílio de diversas áreas, como na educação, porém pesquisadores já vêm alertando para o uso desmedido que leva a dependência desses jovens, como também

leva a uma interpretação errônea do uso e objetivos dessas tecnologias digitais (SOUZA, 2019). É partindo dessa premissa que buscamos analisar o quarto (4º) episódio da segunda (2ª) temporada de *Black Mirror* intitulado “*White Christmas*”.

Como *Black Mirror* está disponível na plataforma de *streaming* Netflix, onde é acessada por milhões de usuários, adolescentes e jovens, é conhecido que eles estão em contato com várias narrativas que representam histórias relativas ao futuro distópico, com o uso de tecnologias cada vez mais otimizadas e que, muitas delas retratadas são as que utilizamos hoje, como é o caso do celular e das Redes Sociais (SANTAELLA; GABRIEL, 2019). Essa série, enquanto recurso imagético, possui grande potencial de transmitir discursos, ideias e traços da historicidade do que está acontecendo no nosso contexto.

“*White Christmas*” contém uma hora e quatorze minutos de duração e é um episódio de especial de Natal da série de televisão de antologia e ficção científica britânica *Black Mirror*. O episódio foi escrito por Charlie Brooker, o próprio criador da série e foi exibido no *Channel 4* em 16 de dezembro de 2014.

O episódio contém três histórias que se desenrolam em um único enredo. Tudo começa quando Joe Potter (Rafe Spall) e Matt Trend (Jon Hamm) estão abrigados em um posto remoto no meio de um deserto nevado. Os dois acordam em um dia de Natal, preparam a ceia enquanto o rádio toca uma música natalina. Matt tenta fazer com que Joe fale sobre o que o levou até o posto avançado, assunto este que Matt diz que eles nunca discutiram nos cinco anos em que estiveram juntos. É a partir desse momento que Matt começa a contar a sua própria história. É interessante notar que Matt estará presente nas três histórias, pois a sua figura e o trabalho que ele executa influenciará em todos os enredos (WIKIPEDIA, 2023).

O trabalho de Matt na primeira história é de um treinador de relacionamentos, ensinando técnicas de sedução para homens solteiros que lutavam para atrair mulheres. Com a utilização de um dispositivo de realidade aumentada chamado Z-Eye implantado nos olhos do cliente, ele vai conversando e direcionando o rapaz (Harry). A questão é que Matt mente para Harry ao afirmar que somente ele está acompanhando a vida de dele, quando na verdade há um grupo de outros homens acompanhando sua intimidade (WIKIPÉDIA, 2023). Esse é um ponto a ser observado, pois a tecnologia viola a privacidade dos clientes ou usuários, podendo culminar em consequências devastadoras as pessoas, afetando seus relacionamentos, trabalho e reputação.

Os dados pessoais, como demonstrado no episódio, são disputados por grandes corporações tecnológicas, que enxergam neles a possibilidade de vender e lucrar em cima de informações pessoais. É a partir desses dados e a utilização da Inteligência Artificial que

são criados os algoritmos, responsáveis por avaliar conteúdos relevantes do usuário e publicá-los para determinado público-alvo, na intenção de direcioná-los a compra de produtos ou intensificar o gosto pessoal já identificado (SANTAELLA; GABRIEL, 2019).

A série, como um todo, apresenta nossa atual cultura digital, o que pode parecer futurista, na verdade já são sinais bem claros da nossa realidade social. Os criadores dessa série tentaram e ainda tentam divulgar as consequências do avanço da tecnologia e uso desenfreado das telas de celular. O papel do professor de História, ao apresentar esse episódio, seria se perguntar qual é o sentido das discussões apresentadas nessa série, qual a crise que se instala nas escolas ou na sociedade quando o assunto são os dados inseridos nas Redes Sociais e de que maneira essas redes influenciam na mentalidade e comportamento dos jovens.

Isso nos leva a próxima cena em que a mulher (Jennifer), por quem Harry está interessado, descobre que ele estava ouvindo instruções pelo dispositivo, visto que ela também usava o mesmo, antes de se livrar. Ela serve a ele uma bebida envenenada e afirma que aquele líquido iria libertá-lo das vozes que o atormentavam e tentavam controlar a sua mente (WIKIPÉDIA, 2023). Os algoritmos, assim como as *Fake News* são peças-chave para se começar uma discussão em sala de aula acerca do comportamento de massa e a desinformação. Culpa-se o tempo todo a tecnologia, mas na verdade quem a controla são seres humanos, logo, a discussão deve se pautar em identificar quem detém esses dados e com que intenção controla o que é disseminado na *Internet*.

Matt ao ver que Harry morreria pede para o grupo que estava com ele acompanhando toda a cena apagar os dados. A esposa de Matt logo em seguida descobre o que ele fez e então o “bloqueia” por meio do Z-EYE. Esse bloqueio faz com que ele não consiga vê-la mais nitidamente, obscurecendo sua capacidade de ver e ouvir o outro nitidamente. Esse recurso nos lembra nitidamente o bloqueio que é usado nas Redes Sociais, quando a pessoa não quer mais contato com a outra. Mas a série vai mais afundo na situação e traz esse recurso para a vida real, algo que também pode ser visto na terceira história desse mesmo episódio (WIKIPÉDIA, 2023). Essa ideia de que a pessoa não vai mais existir após o bloqueio deve ser problematizada, pois isso reflete na forma como as pessoas estão se relacionando hoje em dia.

Na segunda narrativa do episódio que ainda gira em torno de um dispositivo digital conectado nos olhos de todas as pessoas, uma mulher rica e exigente chamada Greta (Oona Chaplin) faz uma operação para implantar o dispositivo em sua cabeça. Após a cirurgia surge um “cookie de Greta”, equivalente a um chip do tamanho de um feijão, que é extraído de um lado da cabeça da mulher e é colocado em um dispositivo eletrônico portátil.

Essa cópia digital da consciência é projetada para controlar a casa inteligente, sua agenda, garantindo que os compromissos sejam realizados. O cookie se nega a fazer o que se pede e então Matt, novamente aparece, altera a percepção de tempo desse cookie até que ela fica traumatizada e, enfim, se submete ao trabalho (WIKIPÉDIA, 2023).

A questão a se discutir nessa narrativa é acerca de como tratamos as pessoas físicas e digitais. O que é levantado na trama é a discussão sobre a ética de clonar consciências digitalmente para escravizá-las, investigá-las ou puni-las. Uma consciência clonada é um ser autoconsciente? Ou é mesmo só um sistema computacional? (SANTAELLA; GABRIEL, 2019, p. 937). Isso nos leva a perceber como uma imagem de uma pessoa, com o uso da Inteligência Artificial, que cria *deepfake* pode ocasionar problemas sérios, onde já se vê a necessidade da sua regulamentação (Carini, 2022).

Se antes parecia coisa despótica ou futurista, agora a AI existe e faz parte da nossa realidade, não está apenas presente nos filmes de ficção científica e nem é mais uma previsão apocalíptica ficcional. A AI existe e está sendo usado em larga escala, não somente pelos grandes da tecnologia, mas por alunos de escolas, que, pelo acesso a aplicativos gratuitos ou pagos, criam imagens falsas acerca de pessoas ao seu redor (Carini, 2022). Os riscos da tecnologia, portanto, parecem se mostrar mais corrosivos do que benéficos.

A terceira e última narrativa, apesar de focar mais em Joe Potter, o homem que estava com Matt no posto deserto, Matt ainda tem sua participação importante nesse episódio. Joe conta a história de como ele foi parar naquele lugar, explicando que teve um relacionamento com uma mulher chamada Beth (Janet Montgomery), onde eram felizes. Mas em certa noite, após um jantar entre amigos, ao olhar no lixo ele encontra um teste de gravidez indicando positivo. Ele fica feliz com a notícia, mas Beth afirma que não quer ser mãe e que irá abortar. Joe, ainda bêbado do jantar, começa a acusar ela de tentar impedir a maternidade e nesse momento ela o bloqueia através do Z-EYE. Na manhã seguinte ela o deixa na casa e ainda mantém o bloqueio (WIKIPÉDIA, 2023). Mais uma vez o uso do bloqueio aparece nas relações interpessoais.

Apesar de tudo, poucos meses depois Joe vê a silhueta dela e percebe que ela deu continuidade a gravidez, ele tenta confrontá-la mesmo não conseguindo enxergá-la e, após isso, ela pede uma medida de ordem de restrição, onde ele ficaria legalmente bloqueado e distante dela e da criança, posto que os bloqueios cobrem também os descendentes e as memórias que a pessoa tem com a outra (WIKIPÉDIA, 2023).

Passados quatro anos, Joe assiste ao telejornal onde vê o rosto de Beth, onde ela morre em um acidente de trem, ou seja, o bloqueio desaparece quando a pessoa morre.

Joe então tenta se aproximar da menina e de onde ela mora, mas ao vê-la pela primeira vez percebe que ela é asiática, então Joe percebe que Beth o havia traído. Em um dia de muito frio e neve, Joe então entra na casa e encontra o pai de Beth e o contesta sobre a paternidade, onde ele acerta o senhor e o mata. A menina vai procurar o avô na neve e morre. É nesse momento que o papel ou trabalho de Matt entra em ação, pois percebemos que Matt na verdade está interrogando o cookie de Joe, em um ambiente simulado, enquanto o Joe humano de verdade está preso, aguardando sua sentença, por ter matado duas pessoas. Após confessar o crime, o cookie de Joe é deixado em processamento, deixando o cookie em uma percepção de tempo de mil anos por minuto no mesmo local do crime, como uma forma de castigá-lo. Mas, nota-se, é um cookie, não um ser humano (WIKIPÉDIA, 2023).

Matt, mesmo após ajudar a polícia nesse caso, é acusado das mortes que cometeu, por seu treinamento de sedução ilegal e a o assassinato de Harry. É liberado, mas é registrado em uma lista negra, que significa que ele está bloqueado automaticamente para todos para sempre (WIKIPÉDIA, 2023). Essa é mais uma provocação que emerge desse episódio, a relativização e a manipulação do tempo em simulações digitais de forma acentuadamente desproporcional em relação ao mundo físico (SANTAELLA; GABRIEL, 2019, p. 937).

CONCLUSÃO

As narrativas descritas do episódio *White Christmas* da série *Black Mirror* refletem sobre a humanidade de como tratamos não só as pessoas reais, mas as pessoas digitais. É apresentado a nós uma distopia tecnológica, onde uma das questões centrais gira em torno de um dispositivo digital conectado nos olhos de todas as pessoas, onde permite ver o outro, mas também bloqueá-lo permanentemente. Como desenvolver um relacionamento sem a possibilidade de retomar um diálogo?

O episódio, como em quase todos, começa com um estranhamento e termina em um sentimento de terror, uma característica e similaridade com a técnica composicional dos contos de terror do Edgar Allan Poe. Os personagens compõem em si traços de personalidades exacerbados, com traço hipertrofiado de caráter, como muito vingativo, sentimento de medo ou paixão exagerada, tudo isso em um cenário cheio de sinais e signos distantes do cotidiano da vida (SANTAELLA; GABRIEL, 2019, p. 941).

Isso nos lembra muito o mundo da *Internet*, onde percebemos comportamentos extremistas nas Redes Sociais, ocasionando os fenômenos do cancelamento e

perseguição digital. E o que aprendemos com isso? Nas aulas de História na escola, essa série e o que é retratado nela, são elementos relacionados ao tempo presente desses estudantes. Esse comportamento, gerado pela influência de algoritmos e tantos outros dispositivos digitais, são traços que compõem o “agora” não só dos alunos, mas de toda a nossa sociedade. Qual o impacto que as tecnologias desenvolvidas e “otimizadas” retratadas nesse episódio pode causar na vida das pessoas? A resposta envolve observar pontos positivos, mas principalmente negativos, pois, o próprio conceito de privacidade já deve ser discutido devido a tanta exposição nas Redes Sociais.

O episódio *White Christmas* pode ser interpretado como embutido de uma crítica com finalidade educativa, isto é, serve de alerta para os possíveis riscos que se ocultam por de trás dos avanços tecnológicos, que invadem nossos corpos e nossas mentes (SANTAELLA; GABRIEL, 2019, p. 943). O campo da história do tempo presente foi evocado no início de nossa discussão, porque ele pleiteia as condições sociais que estamos vivenciando. Aplicando as metodologias que são desse campo para o estudo do comportamento social atual, será possível perceber quais são as crises de nosso próprio tempo, percebendo rupturas e permanências (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C.N. **O Perigo de Uma História Única**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **Capítulo 1: Fazer Defeitos nas Memórias: Para que Servem o ensino e a escrita da história?** In: GONÇALVES, M.A. (Org.). Qual o Valor da História hoje? 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.21-39.

ANDRETTA, F.C. **Currículo e Conhecimento escolar: Uma reflexão sobre algumas relações teóricas e práticas**. Perspectiva, V.37, N.140, p.93-102, 2013.

BELTING, H. **Antropología de la Imagen**. 1 ed. Madrid: Katz, 2010.

BURKE, P. **A História dos Acontecimentos e o renascimento da Narrativa**. In: BURKE, P. (Org.). A Escrita da História: Novas Perspectivas. 1 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.327-348.

CARINI, Lucas. **A (des) regulamentação da Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro**. Editora Dialética, 2022. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XQCmEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=regulamenta%C3%A7%C3%A3o+da+intelig%C3%AAncia+artificial&ots=StM9T3ebFb&sig=6LvligM2xTAMcVcg-TjxaGG1zgc#v=onepage&q=regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20intelig%C3%AAncia%20artificial&f=false>>. Acesso em: 10 de Jan. 2024.

FISCHER, R.M.B. **Mídia e Juventude: Experiências do público e do privado na cultura.** Cadernos Cedes, V.25, N.65, p.43-58, 2005.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GASPARIN, J.L. **O Processo Histórico-Cultural.** In: ALTOÉ, A.; GASPARIN, J.L.; NEGRÃO, M.T.F.; TERUYA, T.K. (Org.). Didática: Processos de Trabalho em Sala de Aula. 2 ed. Maringá: Eduem, 2010, p.97-110.

GASPARIN, J.L. **O Processo Multicultural.** In: ALTOÉ, A.; GASPARIN, J.L.; NEGRÃO, M.T.F.; TERUYA, T.K. (Org.). Didática: Processos de Trabalho em Sala de Aula. 2 ed. Maringá: Eduem, 2010, p.111-122.

GASPARIN, J.L. **O Processo socio-libertador.** In: ALTOÉ, A.; GASPARIN, J.L.; NEGRÃO, M.T.F.; TERUYA, T.K. (Org.). Didática: Processos de Trabalho em Sala de Aula. 2 ed. Maringá: Eduem, 2010, p.83-96.

MOREIRA, A.S. **Cultura Midiática e Educação Infantil.** Educação e Sociedade, V.24, N.85, p.1203-1235, 2003.

MOREIRA, J.A.; SCHLEMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital *Onlife*.** Revista da UFG, V.20, p.2-35, 2020.

SANTAELLA, Lucia. GABRIEL, Martha. Por que *Black Mirror* dá muito o que pensar? **Revista Diálogo Educ.** Curitiba, V. 19, n. 62, p. 932-947, jul/set, 2019. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v19n62/1981-416X-rde-19-62-932.pdf>>. Acesso em: 16 de Jan. 2023.

SOUZA, E.C. **O que o Cinema pode ensinar sobre a História? Ideias de Jovens Alunos Sobre a relação entre filmes e aprendizagem histórica.** História e ensino, V.16, N.1, p.25-39, 2010.

SOUZA, Karlla. Impacto do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces.** Volume 3, Volume 3, Setembro/Dezembro, 2019. Disponível :<<file:///C:/Users/User/Downloads/156-Texto%20do%20artigo-793-9-10-20200203.pdf>>. Acesso em: 16 de Jan. 2024.

WHITE CHRISTMAS (BLACK MIRROR). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=White_Christmas_\(Black_Mirror\)&oldid=66078714](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=White_Christmas_(Black_Mirror)&oldid=66078714) >. Acesso em: 10 de Fev. 2024.

